



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOCUMENTAIS

Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto de Sousa

RELATÓRIO SOBRE A ATIVIDADE PROFISSIONAL

De acordo com a deliberação do Conselho Científico n.º 37/2011, de 29 de Junho

Abrir o Livro (antigo): do Curriculum Vitae comentado ao Catálogo da Tipografia Portuguesa do Século XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto

Orientador

Professor Doutor José Manuel Louzada Lopes Subtil

Dissertação apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Documentais, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Documentais, especialidade de Biblioteca e Sistemas de Informação.

Texto segundo o novo Acordo Ortográfico

Dedicatória

À minha Mãe
e a meu marido Delfim

Agradecimentos

Num trabalho parcialmente incidente sobre o eu, os outros são ainda mais importantes.

A identidade não se realiza sem a diferença, dela se alimentando e beneficiando do contacto mútuo. Dito de outro modo, mais prosaicamente: ninguém faz nada sozinho. Gostaria de começar por agradecer ao Professor Doutor José Manuel Louzada Lopes Subtil, coordenador deste mestrado e orientador deste relatório, pela partilha da sua sabedoria e pela imensa generosidade com que aceitou os meus argumentos para a prorrogação deste trabalho, encorajando-me nos momentos difíceis pelos quais passei e demonstrando uma infindável bondade e infinita paciência. Bem-haja! Agradeço também ao meu amigo Nuno pela leitura atenta e pelas sugestões que entendeu fazer-me. Agradeço ainda à minha amiga *Kika* e ao meu afilhado *Binas* e ao *Titinho*. Aproveito o ensejo para endereçar um abraço reconhecido e sincero à Mestre Melba Costa e à Dra. Paula Costa, que abdicaram dos afazeres quotidianos para responder com amizade e prontidão aos meus pedidos. À Dra. Lucinda Oliveira pelo apoio e Mestre Idalina Azeredo. Não posso esquecer a solicitude e abertura de espírito da Mestre Madalena Mira. Importa sempre lembrar a enorme amizade da Mestre Maria João Batista.

A leitura de todos os bons livros é uma conversação com
as mais honestas pessoas dos séculos passados.

René Descartes

Resumo

Este trabalho situa-se no âmbito do *curriculum comentado*. Problematisa os limites da autobiografia como realidade genericamente considerada, ou enquanto género literário específico, dialogando com os escritos do eu, tais como: os diários, as memórias, as confissões. Pratica-se um labor intelectual portador de afinidades com um exercício de natureza parcialmente ego-histórica.

Equacionado o âmbito teórico concetual deste trabalho, percorre-se um itinerário biográfico e profissional, em direção a temáticas do foro biblioteconómico. Num derradeiro momento deste relatório, procede-se à descrição e análise de um instrumento heurístico intitulado *Catálogo da Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*.

Este estudo pretende ajudar a diminuir a escassez de trabalhos simultaneamente reflexivos e práticos, situáveis no âmbito do livro antigo. Por outro lado, defende-se a especificidade desta área do saber (e a sua dependência face à História da Cultura), tornando-se insuficientes estudos que apenas acentuem a respetiva vertente técnico-metodológica.

Palavras-chave: *Curriculum Vitae comentado*; Autobiografia; Ciências Documentais; Catálogo

Abstract

This study deals with a commented curriculum vitae. It discusses the limits of autobiography, generally regarded as reality, or as specific literary genre, dialoguing with the *writings of the self*, such as *diaries*, *memories*, *confessions*. This intellectual exercise is partially ego-historical. After the theoretical scope of this work, it develops a biographical and professional itinerary, including technical issues. In a final moment of this report, a heuristic tool called catalog Typography Portuguese in the sixteenth Century Collections of Biblioteca Pública Municipal do Porto is described and analysed. This study aims to face the lack of studies simultaneously reflective and practical about the old book(*livro antigo*). On the other hand, this study defends this specific area of knowledge (and its dependence on the History of Culture), becoming insufficient studies that only emphasize the respective technical and methodological approaches.

Keywords: *Commented Curriculum Vitae*; Autobiography; Information Science; Catalog.

Índice

Introdução	09
Capítulo 1	12
1.1. Questões teóricas em torno da autobiografia e dos escritos do e sobre o eu	13
1.2. Reflexões sobre a <i>força narcísica</i> do <i>Curriculum Comentado</i>	15
1.3. Aferição do <i>Curriculum Comentado</i> face à autobiografia e aos escritos do e sobre o eu	17
Capítulo 2	23
2.1. Breve Biografia	24
2.2. Avaliação da Licenciatura na FLUP e da Pós-Graduação na UAL	34
Capítulo 3	41
3.1. O trabalho realizado na Biblioteca Pública Municipal do Porto: contextualização pessoal do Catálogo	42
3.2. Breve introdução ao inventário de Bibliografias, Catálogos e alguns estudos sobre o livro antigo	44
3.3. Breve inventário de Bibliografias e Catálogos sobre livro antigo	47
3.4. Listagem de alguns estudos sobre o livro antigo (precedida de uma breve introdução)	51
3.5. Definições biblioteconómicas indispensáveis para a construção de Catálogos sobre o livro antigo	56
3.6. Breve panorâmica do objeto do catálogo <i>Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto: os impressos reunidos</i>	57
3.7. Tratamento Documental na realização do Catálogo: procedimentos metodológicos	59
3.8. Apontamentos genéricos sobre a catalogação do livro antigo: dados para a realização de um esquema	62
3.8.1. Subsídios para uma definição de livro antigo nos planos semântico, da periodização e da natureza ou estatuto	62
3.8.2. Algumas considerações prévias ao tratamento biblioteconómico	62
3.8.3. Etapas	63
3.8.4. Campos / Unimarc	63
3.9. Considerações sobre a importância do Catálogo <i>Tipografia Portuguesa do Séc. XVI</i> para a História do Livro, da Leitura e da Cultura	66
Conclusão	72
Fontes e Bibliografia	75
Anexos	80
- Anexo 1 (Petição de Francisco Gomes Ribeiro ao Ministro da Agricultura [...] em Março de 1933)	
- Anexo 2 (Atestado médico de Outubro de 2012)	
- Anexo 3 (<i>Curriculum vitae</i>)	

Principais siglas e abreviaturas usadas

ACL	Academia das Ciências de Lisboa
Adapt.	Adaptação
Apresent.	Apresentação
BN	Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
Cap.	Capítulo
C.C.C.	Centro Cultural Casapiano
Cfr.	Confrontar
C.I.H.E	Centro Inter-Universitário da História da Espiritualidade
Colab.	Colaboração
Coment.	Comentador
Compil.	Compilador
Dir.	Direção
Ed.	Edição
Et al.	E outros
Ex.	Exemplo
F.	Folha
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Fr.	Frei
Idem	Mesmo autor
Ibidem	A mesma obra
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
Lit.	Literário
Livr.	Livraria
Pág.	Página
Pref.	Prefácio
Rev.	Revisão
SCML	Santa Casa de Misericórdia de Lisboa
Séc.	Século
S.d.	Sem data
S.l.	Sem local
S.n.	Sem editor
Trad.	Tradução
UAL	Universidade Autónoma de Lisboa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UP	Universidade Pública
Vol.	Volume
Vols	Volumes

Introdução

Este relatório obedece a certos *imperativos categóricos*, que são comuns à maioria dos trabalhos académicos. A sua realização submete-se a motivações e objetivos, possui uma estrutura própria e concita uma reflexão sobre a natureza e classificação do exercício em vertente análise: um *curriculum comentado*, esforço *ego-histórico* entre a *autobiografia*, o *memorialismo de si* e o ensaio científico. Quanto às motivações, procede-se a um balanço orientado e parcelar de um itinerário de vida, destacando-se as respetivas coordenadas ontológicas, psicológicas, cognitivas e sócio-culturais, assumindo-se certo impasse existencial e a insatisfação profissional dele decorrente, fruto de uma situação familiar complexa, que impôs um interregno nas atividades relacionadas com o mercado de trabalho.

Este relatório pretende cumprir alguns objetivos: relançar a atividade profissional; direcionar os esforços de reentrada no mercado de trabalho para entrelaçar os domínios teórico e empírico ante-citados com as Ciências Documentais na área da Biblioteconomia na sociedade atual, no plano teórico e prático; concretizar um comentário a um instrumento heurístico construído previamente, intitulado: *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*.

No que respeita à estrutura, este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, intitulado *O curriculum comentado*, a autobiografia e os escritos do eu, estabelece-se um esboço muito incipiente e lacunar, mas necessário, de interrogação teórica sobre a natureza autobiográfica deste relatório. Num segundo capítulo descreve-se o percurso pessoal, a formação académica, a atividade profissional e complementar da autora destas linhas, analisando-as e refletindo sobre elas, aproveitando a oportunidade para introduzir alguns assuntos de cultura geral, que possam relacionar-se com a trajetória de Lucinda Ribeiro, extravasando os respetivos limites e permitindo conhecer melhor o seu local de nascimento e as origens históricas desse lugar, caracterizando o tecido demográfico e o perfil sócio profissional de Paradança na atualidade. Ainda outro exemplo; a história local cruza-se com a história pessoal, uma vez que o Avô da autora foi presidente da Junta da freguesia do local citado, vereador da Câmara Municipal de Mondim de Basto e presidente interino da referida edilidade. Adiante neste trabalho apresenta-se um documento de 26 de Março de 1933, que constitui uma petição da personalidade citada, no sentido de impedir a privatização de terrenos baldios. A referência a esta situação pretende apenas ilustrar a metodologia seguida na elaboração do *curriculum comentado*, furtando-se Lucinda Ribeiro a qualquer exercício de autocomplacência ou de engrandecimento acrítico dos seus antepassados. Enquanto licenciada em História e aprendiz

de historiadora, a autora destas linhas reconhece a importância da objetividade historiográfica e procurará colocá-la em prática.

O *curriculum comentado* pode comportar duas vertentes separadamente: a dimensão que alberga a indicação e explicitação de um percurso pessoal, académico e profissional, e a perspetiva que salvaguarda a interpretação desse trajeto. A junção destes procedimentos parece mais dinâmica, permitindo e favorecendo a interpenetração de instâncias, de modo a apelar a uma reflexão constante, que não dispensa a análise, nem encara os quadros descritivos como esforços estanques e totalmente independentes do trabalho analítico. No terceiro capítulo tentar-se-á formular o seguinte problema, levantando questões e hipóteses de trabalho: na atualidade os instrumentos heurísticos e de reflexão biblioteconómicos em Portugal, sobre livro antigo que conjuguem a teoria com a prática, são quase inexistentes.

Impõe-se as seguintes interrogações: Qual a relevância do catálogo para a autonomia do campo de análise constituído pela Biblioteconomia? Em que medida a Biblioteconomia se deixa contaminar pela História do Livro ou da Cultura? Que motivos têm concorrido para a subalternidade do *Livro Antigo*, enquanto âmbito disciplinar com identidade própria no seio da Biblioteconomia? As abordagens alargadas de teor humanístico contribuem para esta situação? A solução deste impasse passará por problematizações exclusivamente de foro técnico? Estas questões merecem a devida atenção, de forma a tentar compreendê-las e atenuá-las. Uma vez reunidos os materiais necessários, avança-se para a colocação de hipóteses, tendente, em última análise, à construção de um discurso teórico-prático que contribua para obviar a ausência ou quase inexistência de estudos biblioteconómicos reflexivos e práticos sobre o livro antigo em Portugal. Esta carência parece dever-se à exigência inerente à complexidade deste objeto de análise, portador de historicidade que o distancia das preocupações quotidianas imediatas e da atualidade voraz. O livro antigo possui uma natureza própria; implica contextos epocais diferenciados e concita universos linguísticos, conceituais, filosóficos e sócio-culturais, que obrigam a um grau elevado de especialização, quiçá responsável por algumas *deserções*.

No terceiro capítulo tentar-se-á contextualizar a construção do catálogo *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, integrando-a no percurso pessoal de Lucinda Ribeiro (cap. 3.1.). Importa igualmente concretizar uma breve revisão bibliográfica, que dê conta da existência de outros catálogos e de bibliografias (cap. 3.2.), sem esquecer o estado da arte no que respeita a estudos sobre livro antigo (cap. 3.3). Efetuadas estas resenhas e inventariação de espécies correspondentes, interessa precisar, estabilizar e fixar conceitos do foro biblioteconómico, como livro antigo ou fundo antigo,

aplicáveis à construção e análise do catálogo *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto* (cap. 3.4). O catálogo em causa é estudado numa perspetiva que salvguarde os seus conteúdos (cap. 3.5.), mas centrada no processo de elaboração deste instrumento heurístico (cap. 3.6.), de modo a inferir alguns dados que permitam extrapolar este objeto empírico, em direção às linhas gerais do tratamento do livro antigo (cap. 3.7.). No derradeiro momento desta investigação tentar-se-á perceber e avaliar (ainda que de forma incipiente) a importância do catálogo da *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto* para a História do Livro, da Leitura e da Cultura (cap. 3.8.).

Quanto à reflexão sobre as implicações de um *curriculum comentado*, este pode integrar-se no plano do ensaísmo científico. Por outro lado, este relatório é passível de inserir-se nos debates em torno da autobiografia em Portugal. Estas questões têm vindo a ser estudadas por Paula Morão, Maria Nazaré Gomes dos Santos e Clara Rocha, entre outros investigadores. Em França o impulso precursor foi dado por Philippe Lejeune, que escreveu *Le Pacte Autobiographique*. Por outro lado, o *curriculum comentado* pode constituir um esforço ego-histórico, na esteira de Pierre Nora (1987).

Nota: aquando da referência ao *Livro Antigo* como âmbito disciplinar a haver, utiliza-se as letras do início de cada palavra em maiúsculas, colocando-se os vocábulos em itálico. Sempre que se entender o livro antigo como fonte ou objeto, este é designado por minúsculas no início das palavras, sendo escritas sem itálico.

CAPÍTULO 1

Interrogações sobre a natureza autobiográfica do *Curriculum Comentado*

Capítulo 1

1.1. Questões teóricas em torno da autobiografia e dos escritos do e sobre o eu

Este relatório concretiza, essencialmente, um *curriculum vitae comentado*. Aqui começam as dificuldades de classificação deste esforço intelectual, perante as quais poderíamos tomar várias atitudes: ignorar a questão; manter a problemática implícita; tornar a matéria transparente; concentrar atenções na diacronia de acontecimentos patentes num relato, passando ao largo da indagação possivelmente incómoda da sua natureza ou das respetivas condições, objetivas e subjetivas, de produção. Todavia, segue-se itinerário bem diverso, que enfrenta as dificuldades e os obstáculos inerentes à tarefa de situar esta investigação, tomando-os como catalisadores das linhas que se seguem. A escritora Fiamma Hasse Pais Brandão conta, na sua bibliografia, com um título aplicável, com ligeiras alterações, a este trabalho e a tantos outros do mesmo cariz. Trata-se de *Falar sobre o Falado* (cfr. BRANDÃO, 1988). Neste relatório procura-se *pensar sobre o pensado*, sob a forma de escrita.

A condição metareflexiva invade o texto, *toma-o de assalto* e fertiliza-o ou instabiliza-o com o seu *húmus*. Na natureza, o *húmus* comporta a matéria orgânica morta, transformando-a em vida. Neste estudo, efetua-se a revisitação de um percurso biográfico, que se revive quando é recordado, dando origem a algo que se filia na confluência do passado vivido com o presente que atualiza os acontecimentos pretéritos, que não são perspectivados como *manta morta*, dando origem a algo possivelmente diferente. A metareflexão é uma atividade muito presente nas introduções a trabalhos académicos, mas, regra geral, distingue-se do objeto de estudo, embora o acompanhe de modo implícito. Neste trabalho essa diferença ontológica é matizada. Nessa medida, este esforço contempla e assimila uma tradição que o legitima, com as devidas distâncias; *walking is measuring*, conforme assinalou Richard Serra, numa das suas esculturas. Este *curriculum comentado* possui um considerável pendor genericamente autobiográfico. Reclama proximidade com a atividade autobiográfica, concretizando-a parcialmente, mormente no que tange ao sentido comum do vocábulo autobiografia, ou então como *estrutura tropológica* subjacente a todas as cognições, incluindo o conhecimento do eu, na linha do entendimento prodigalizado por Paul de Man, afastando-se este estudo da autobiografia em sentido restrito, como género. Para o estudioso ante-citado: «Autobiography [...] is not a genre or a mode, but a figure of reading or understanding that occurs, to some degree, in all texts. [...] a tropological structure that underlies all cognitions, including knowledge of the self.» (MAN, 1984, pp. 70-71).

Antes de incidir sobre uma breve história da autobiografia como género, para dela distanciar mais do que aproximar este trabalho, efetuando contudo ambas as operações cognitivas, convém ter em conta que os estudos sobre o eu com os quais este *curriculum comentado* dialoga têm vindo a desenvolver-se nas últimas duas décadas, tornando impossível uma análise ou síntese aprofundadas, conforme postula Paula Morão, quando afirma que «O desenvolvimento dos estudos em torno da autobiografia e de outros escritos intimistas vem sendo tal, sobretudo nos últimos quinze ou vinte anos, que não é possível ter a veleidade de esgotar num artigo todas as direcções que o problema vem tomando. Com efeito, a bibliografia é extensíssima, quer em obras de conjunto, ou estudos monográficos publicados em volume, quer em artigos publicados em revistas várias, quer ainda em actas e publicações várias, registando trabalhos de colóquios, congressos ou outras reuniões científicas. Acrescente-se que de áreas como a a Psicologia, a Psicanálise, a Sociologia ou a História chegam ecos de interesse pela vida privada, ou do indivíduo, que ocupavam em certa perspectiva sobretudo os ensaístas ou críticos literários. Ou então estes são chamados a olhar na direcção de formas de escrita que o cânone mais tradicional não consideraria literatura, ou a que, pelo menos, confere um lugar marginal, como sucede com os relatos de vida [...], as memórias, testemunhos ou epistolários de personalidades históricas ou tão só de cidadãos comuns que escrevem sobre o que presenciaram no seu tempo» (MORÃO, 2011 p. 44). Este estudo considera, a partir deste momento as origens da autobiografia, desde logo no plano terminológico.

O termo autobiografia terá sido associado a um tipo autónomo de escrito por Schelegel em 1789, vulgarizando-se nas línguas europeias a partir de 1800 (cfr. ROCHA, 1992). Rousseau, através das suas *Confissões* (cfr. 1988), contribuiu para a popularização do vocábulo e da realidade que se lhe encontra associada, transformando-se, para muitos, num paradigma (*contudo, na alta Idade Média, Santo Agostinho foi, em larga medida, um precursor em matéria de Confissões*) (cfr. AGOSTINHO, Santo, 2011). O *romantismo oitocentista* é parcialmente um produto da Revolução Industrial inglesa e identifica-se, numa das suas vertentes, com o individualismo, despoletado pela afirmação da mentalidade burguesa e pela explosão demográfica europeia, resultante do desenvolvimento económico, que, em contrapartida, aquele exponenciou.

A escrita genericamente portadora de natureza autobiográfica foi potenciada pelo individualismo, pelo crescimento demográfico, patentes nos finais do século XIX e na primeira década do seguinte, mas também pela proliferação do desenvolvimento urbano e pela persistência de uma mentalidade cristã em processo acentuado de secularização. Ao longo do século XX, o capitalismo generalizou-se deixando de ser essencialmente industrial para tornar-se financeiro e associou-se à mobilidade social, permitindo o aparecimento de classes médias e um bem-estar económico. Hoje, o capitalismo, desde sempre criticado por várias correntes políticas e filosóficas, tem vindo a ser crescentemente posto em causa e identificado

com o estertor da modernidade e a expansão da pós-modernidade, sendo considerado *Tardio* por teóricos como Jameson (cfr. 1991). Para muitos, é tido como sinónimo de neoliberalismo. Esta sinonímia é discutível. Todavia, no entender de Lipovetsky, mormente na obra *A Era do Vazio*, (cfr. 1988) a sociedade de consumo terá implicado uma hipotrofia da esfera pública, em detrimento da privada e da íntima, fazendo do século XX um protagonista privilegiado de uma *grafomania*. Nele proliferaram, como contraponto à anomia social, as escritas do eu, disseminando-se as memórias, os diários, as autobiografias.

A tese de Lipovetsky sobre a era do vazio possui validade heurística, mas padece, eventualmente, de uma vontade de generalização indiscriminada dos seus pontos de vista, sem ter em conta especificidades nacionais, locais e regionais. Por outro lado, o estudioso critica em bloco o individualismo sem particularizar as suas diversas dimensões, deixando implícita a possibilidade de leitura segundo a qual está a dirigir-se ao Utilitarismo radical ou ao Egoísmo, dado que também existem formas de individualismo que defendem o diálogo entre o indivíduo e os diversos grupos sociais nos quais este se inscreva. As *escritas do eu*, genericamente autobiográficas, concitam a conjugação de três elementos, para os quais Georges Gusdorf (cfr. 1991) chama a atenção: o sujeito, a vida e a escrita.

1.2. Reflexões sobre a força narcísica do Curriculum Comentado

A consideração dos escritos do e sobre o eu obriga a equacionar este *curriculum comentado* em consonância com a presença ou a ausência daquilo a que Nazaré Gomes dos Santos chama *força narcísica*. A autora aplica esta expressão a textos de literatura contemporânea do século XX. Todavia, neste estudo, interessa retomar essa importante investigação, deslocando-a do âmbito literário, e aproveitando a riqueza semântica inerente à *força do narcisismo*. Convém perguntar, desde já, se este trabalho se alimenta da autoreflexividade e, em caso afirmativo, de que modo o faz, tendo consciência prévia de que lhe faltam a imaginação ou os recursos literários e narrativos empregues por Agustina Bessa Luís ou José Saramago. Não tem este estudo tal capacidade ou sequer veleidade. Todavia, partilha o conceito analítico desenvolvido por Nazaré Gomes dos Santos, que se propôs «configurar o narcisismo como categoria inerente ao literário e ao processo artístico em geral, tomando como ponto de partida alguns dos pressupostos teóricos sobre a questão, defendidos no decurso da psicanálise. [...] Procuraremos encontrar no discurso de Freud não o modelo de interpretação de obras literárias (psicanálise dos textos), mas antes uma perspectiva teórica abrangente em que transparece a defesa de uma certa razão contraditória no seu discurso "científico" e, ao mesmo tempo, "mítico-poético". É também em função dessa "razão contraditória" que procuraremos estabelecer a ligação do paradoxal pensamento freudiano com as ideias do primeiro romantismo alemão [...], sobretudo no que se refere ao vínculo íntimo ou à contaminação entre o conhecimento científico-filosófico e o próprio fazer

poético. Revisitando o discurso freudiano, propomos, especificamente em relação à sua abordagem do narcisismo, situá-lo como um discurso ambíguo, espaço em aberto para novas análises do tema» (SANTOS, 1998, pp. 12-13).

Esta citação é longa, mas justifica-se, dado que a autora coloca bem a questão do narcisismo, ao arremesso de qualquer senso comum que o filie numa autocontemplação, sinónima de vaidade. Contudo, a autocontemplação como reflexividade ou *prática da razão contraditória* está presente, sintonizando-se a investigadora referida com uma leitura crítica do pensamento freudiano, segundo a qual este entende o narcisismo como *discurso ambíguo*, que convoca a conciliação do conhecimento científico-filosófico com o próprio fazer poético. Este *currículo comentado* solidariza-se com a perspectiva exposta. Todavia, nele se procura enfatizar mais o discurso científico do que o fazer poético, sobretudo se este último for encarado como correlato e materialização de uma imaginação criadora, dado que este trabalho tenta ser sobretudo *poiético*, ou seja, concretiza uma *poiésis*, sublinhando uma natureza prática, a efetivação de um processo de feitura de algo. Neste *currículo comentado* um sujeito debruça-se cientificamente sobre si próprio, sem perder de vista as emoções, mas enquadrando-as criticamente.

Quanto ao sujeito, pode considerar-se que, no plano filosófico, Kant pôs em causa um alegado mecanicismo cartesiano, ao centrar-se nas faculdades da razão e nos juízos, analíticos e sintéticos, ambos *a priori* ou *a posteriori*. Todavia, no século XIX assistiu-se à eventual abertura e ao aprofundamento de três *feridas narcísicas* que abalaram o pensamento sobre o sujeito, protagonizadas por Nietzsche (Nihilismo), Marx (Marxismo) e Freud (Psicanálise). Nos finais de Oitocentos, Husserl (Fenomenologia) e Heidegger acrescentaram inestimáveis e decisivos contributos para a compreensão do homem e do sujeito numa perspectiva fenomenológica e ontogenética, recusando, uma vez mais, a ideia de *infalibilidade* humana.

Note-se que Nazaré Gomes dos Santos relaciona o ceticismo com a questão da autoreflexividade, considerando que o ceticismo não derruba a racionalidade que põe em causa, nem a destrói, bem pelo contrário. Esta postura terá começado em força com o *Quixote* de Cervantes, no século XVII, tendo sido continuada por Kant em Setecentos, antes de ser posta em prática pelos *mestres da suspeita*. A autora citada defende «a ideia de que é sobretudo a noção kantiana de reflexão que dá forma à própria ideia de modernidade literária romântica e pós-romântica. É esta visão da literatura que será fulcral para o entendimento da própria noção de ironia romântica. Fundamental para o desenvolvimento das hipóteses de trabalho levantadas neste estudo, dir-se-ia que é precisamente esse sentido da ironia (dissimulação em "abismo") que perseguirá o escritor moderno, dividindo, cada vez de forma mais dramática, num Eu e num Outro (às vezes em "outros") e cuja existência só se concretiza pela linguagem,

que de antemão reconhece a sua inautenticidade.» (SANTOS, p. 17). Neste *curriculum comentado* procura-se conjugar o caráter convencional da linguagem com uma busca da autenticidade existencial, tentando concretizar um exercício crítico e afetivo, reflexivo e pessoal, permeável à negociação de contrários que a ironia plasma, entre o eu e o outro, *Apolo e Dionísio*.

No que respeita às ligações entre a vida e o registo narrativo de um percurso biográfico, através do recurso à escrita, pode colocar-se a questão em termos que alimentem o ponto de vista segundo o qual há sempre uma tensão irresolúvel e uma incoincidência insanável entre os dois termos da *equação*, dado que, ao tornar presente uma experiência, através da escrita, quem a viveu não recupera o momento que descreve, mas apenas seleciona e agrupa elementos que condicionaram a sua perceção, aquando da vivência relatada.

Entre os dados factuais e históricos – aqueles que o indivíduo viveu, tendo ou não consciência deles, e os que o ultrapassam – e a perceção respetiva, por parte do sujeito cognoscente, ergue-se um hiato que pode ser atenuado, mas nunca transposto, constituindo sempre um desafio irrecusável, graças à aporia que instaura.

1.3. Aferição do *Curriculum Comentado* face à autobiografia e aos escritos do e sobre o eu

Clara Rocha debruçou-se sobre a poética dos géneros autobiográficos. Tal significa que se pode distinguir autobiografia no sentido genérico, albergando os escritos do eu, a que nos referimos anteriormente, e autobiografia em sentido restrito, enquanto género discursivo específico, portador de regras próprias, características e métodos particulares (cfr. ROCHA, 1992). A autobiografia implica o constrangimento inerente ao seu caráter inconclusivo, dado que a vida não cabe num livro. Aquilo que dela passa a escrito, através das palavras, constitui um *rasto*, e, em linguagem matemática, um *resto*, que nunca é igual a zero. Trata-se de uma *transferência*, como diriam os psicanalistas. As palavras são insuficientes para transmitir as emoções mais íntimas, os pensamentos que ficam no subconsciente, os sentimentos mais profundos. Contudo, e apesar disso, os vocábulos são talvez o meio mais forte e, quiçá, único de transmissão das experiências da vida, ou seja, do que se *perde* para que a *criação* possa irromper, dado que tudo se *transforma* e metamorfoseia no relato narrativo, mas este não apaga, antes reforça, a presença dos *vestígios* e dos *traços* de um percurso pessoal. Por outro lado, a autobiografia lida com outra dificuldade que, se bem usada, pode ser uma força ou constituir uma aliada da empresa a realizar. Trata-se do movimento que se assemelha ao bater do coração, comportando diástoles e sístoles, ou, do ponto de vista da física, mecanismos de centrifugação e de convocação de forças centrípetas. Dito de outro modo, o sujeito que

empreende um esforço aparentável, ainda que não totalmente coincidente, com a autobiografia, como é o caso da autora deste texto, não é alheio a uma dialética entre a procura da *revelação* e a fuga a esse desiderato.

Por outro lado, o sujeito busca um centro e concita atenções para consegui-lo, tendo que lidar com a dispersão e a eventual desagregação do seu esforço. A autobiografia distingue-se do diário, na medida em que este procura, em primeira instância, a confidência. A experiência diarística, no seu sentido mais canónico, é cronológica, descontínua e fragmentária. Baseia-se na datação de acontecimentos que marcam o ritmo dos factos, sem preocupações de uma uniformização discursiva, dado que o mais importante é o fluxo vital que se apresenta, oscilando entre o segredo e a vontade de transmiti-lo, funcionando o papel ou o computador enquanto recetores dessa experiência íntima. Alguns autores consideram que o diário não deve ser publicado, uma vez que encaram essa possibilidade de ser dado à estampa como uma contradição, dado que aquilo que é íntimo assim deve continuar. Todavia, esta questão é extremamente discutível e controversa, dado que o diário pode constituir-se como uma espécie de *laboratório de ideias* prontas a serem comunicadas. Por seu turno, a autobiografia possui um carácter mais próximo deste segundo sentido conferido ao esforço diarístico, bem longe do primeiro analisado, uma vez que o esforço autobiográfico implica, na maioria das situações, uma indagação da unidade e de uma certa universalidade, possuindo uma natureza contínua, tendencialmente acronológica, resultando de uma narração posterior aos acontecimentos.

Neste trabalho não existe propriamente uma dimensão diarística, no que de canónico possa albergar o termo diário. Por outro lado, também não se pratica uma autobiografia em sentido restrito. Interessa a autobiografia na medida em que possa aproximar-se de um registo mais formal, público e até institucional, próprio das memórias, dado que se canaliza um itinerário autobiográfico para um *curriculum comentado*, tentando escapar à volúpia da autocontemplação ou à confissão cristã, preservando da primeira o ímpeto autoreflexivo e da segunda a humildade requerida. A autobiografia pode cumprir várias funções «1 – O escritor pode responder à expectativa do leitor que deseja conhecer na intimidade uma figura pública (manutenção «mito do autor»); 2 – corrigir ou desmentir opiniões erradas de que foi ou pode vir a ser vítima (...); 3 – dar-se corajosamente na revelação do seu lado «bom e do seu lado mau» (...); 5 – fazer a crónica pessoal de um tempo, transformar a autobiografia num testemunho; 6 – tentar recuperar o passado através da memória. (...); 7 – exprimir angústia do futuro, a vertigem do escoamento do tempo» (ROCHA, 1992, pp. 33-34). Entre estas tarefas, este *curriculum comentado* pretende responder a uma solicitação institucional (trata-se de um relatório), sem necessidade de retificar ou desmentir informações anteriormente

veiculadas. Por outro lado, o lado bom e o lado mau da sua experiência de vida não constituem o fito essencial deste estudo, nem se pretende uma *absolvição*. Este *curriculum comentado* constitui uma crónica pessoal de um tempo, transformando a autobiografia num testemunho, de forma a recuperar parcialmente o passado e projetar o futuro, no plano intelectual. Por seu turno, a autobiografia, relato essencialmente retrospectivo, confronta-se prioritariamente com o tempo irremediavelmente passado, podendo eventualmente perspetivar o tempo que falta percorrer. Segundo Marie-Madeleine Touzin: «ela» [a autobiografia] é portanto, uma tentativa de triunfar sobre o tempo e a morte que ameaça através da recordação – tempo perdido, depois reencontrado [...]. Ela permite fazer reviver pela escrita aquilo que já não existe [...]. Longe de ser uma simples complacência narcísica, ela responde a funções variadas que se sobrepõem, que se cruzam, impondo um discurso particular ou engendrando a coexistência de discursos diferentes» (TOUZIN, 1993, p. 29).

Paul John Eakin defende que a autobiografia é uma forma de *tocar o mundo*, considerando que a problemática de referência não deve ser abandonada e constitui um desiderato fundamental a perseguir pelos trabalhos de cariz autobiográfico, ou portadores de um substrato que se reclama como herdeiro de uma tradição autobiográfica. O autor citado não ilude, nem esquece, a existência de uma dimensão estética nos trabalhos autobiográficos, mas compagina-a, harmoniosamente, com a consideração da realidade testemunhal. Para Eakin, a autobiografia concita o eu e a respetiva cultura, inscrevendo-os na História e divisando as estruturas da experiência. (cfr. EAKIN, 1992). Este relatório reforça a ideia segundo a qual a autobiografia resulta da ligação profunda entre memória e a narrativa que dela dá conta, na linha de autores como James Olney (1988). Este estudioso não parece confortável com a consideração de autobiografia em sentido restrito, enquanto género literário, propondo uma perspetiva mais abrangente e aberta no tratamento desta problemática.

Embora no entender da autora deste *curriculum comentado* seja imprescindível a demarcação genológica da autobiografia, para efeitos de circunscrição teórica, metodológica e temática, tem-se consciência de que a autobiografia não se deixa enclausurar ou aprisionar dentro das fronteiras do género, ultrapassando-as, uma vez que lida com os mecanismos da memória. Esta tem vindo a ser crescentemente estudada e abordada no âmbito da Ciências Cognitivas, da Filosofia Analítica, da Antropologia, da História da Historiografia, entre outros domínios. Na História da Historiografia, podemos distinguir a memória histórica da memória historiográfica. Enquanto a primeira diz respeito aos mecanismos cognitivos e sócio-culturais de captação, registo, seleção e construção da informação em primeira ou terceira pessoa, através do recurso a uma observação participante, e a um testemunho preferencialmente direto dos factos e dos acontecimentos, a memória historiográfica comporta o modo como os

estudiosos ou os profissionais da História lidam com a memória histórica. Esta relação pressupõe um trabalho em segunda mão, um esforço sempre indireto, uma reflexão sobre a construção biográfica propriamente dita. Autores como Jacques Le Goff, na obra *História e Memória* (cfr. 2000), ou Pierre Nora, no trabalho intitulado *Les Lieux de Mémoire* (cfr. 1986), entendem que memória e História não se confundem, identificando, implicitamente, a primeira com aquilo que se designa como memória histórica e aparentando a História com a memória historiográfica. Neste *curriculum comentado* tenta-se seguir o exemplo destes mestres, mas, como se trata de um trabalho com ligações à autobiografia, nem sempre foi fácil estabelecer divisões estanques ou separações absolutas, permeáveis à eclosão de riscos relacionados com o problema da artificialidade discursiva. Tenta-se torner esta dificuldade, através da conciliação do esforço genericamente autobiográfico da autora do estudo com o objeto científico das suas investidas intelectuais, situando-as histórica e culturalmente, de modo a fugir à tentação dos *derrames* líricos de natureza confessional (cfr. OLNEY, 1988). Este *curriculum comentado* situa-se na confluência de um ímpeto autobiográfico, associado às escritas do eu, com o ensaio de cariz científico.

O ensaio não é fácil de definir, personificando um género *poroso*, difícil de classificar, mas que possui algumas características que convém enunciar. Trata-se, como a própria palavra indica, de uma tentativa de reflexão e de compreensão do indivíduo, da sociedade, do mundo e até da existência de Deus. Por outro lado, o ensaio corresponde a uma visão subjetiva por parte do indivíduo, que exprime as suas perspetivas e os respetivos pensamentos acerca do que o rodeia. O ensaio é sempre inacabado, não tem fim. Na sua vertente literária, alimenta-se da imaginação. Esta não deve ser esquecida num ensaio que, como este relatório, se pretenda científico. No entanto, em nome da objetividade possível, essa imaginação deve ser controlada e limitada a contextos sócio-culturais circunscritos (cfr. GOULART; BARRENTO, 2010). A memória é muitas vezes aparentada com um arquivo e com uma perspetiva que salvaguarda o carácter dinâmico do esforço memorial e do trabalho arquivístico.

Nessa medida, este relatório pretende sublinhar esse dinamismo e reforçar os respetivos méritos, salvaguardando o rigor associado à preservação do património documental, mas enfatizando a importância da criatividade na reconstrução dos *indícios* e dos *vestígios* do passado. Assim, este relatório serve-se de um esforço teórico sobre a autobiografia e procura refletir sobre uma parte da prática autobiográfica da autora destas linhas, nomeadamente a que se prende com a sua especialização em Ciências Documentais, ressaltando a relevância, neste percurso, da construção de um instrumento heurístico como o Catálogo da *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, que será

abordado no terceiro capítulo deste relatório, numa perspectiva que concilia uma vertente essencialmente técnica com uma dimensão histórico-cultural e teórica.

O autobiográfico pode ser encarado como um lugar de experiência dupla: por um lado, o indivíduo conta a sua vida e os acontecimentos que o marcaram, mas, por outro, esse discurso é em si mesmo uma experiência, através da qual, o narrador estabelece uma relação com os seus leitores. Robert Willame considera o relato autobiográfico como um campo de inter-experiências (cfr. WILLIAME, [s.d]), cuja dinâmica depende de emissores e recetores e da posição ocupada por ambos. A este propósito, Philippe Lejeune designa a inter-experiência como *pacto autobiográfico*. O autor distingue a autobiografia e romance autobiográfico. Num primeiro momento chama a atenção para a facilidade de critérios distintivos, centrados na pessoa gramatical (1.^a, 3.^a ou até 2.^a), e na sensibilidade ou autenticidade (cfr. LEJEUNE, 1975). O romance autobiográfico pode ser mais livre, sendo passível de atingir um grau de sinceridade igual ou superior à autobiografia. Contudo, nesta há uma identidade autor/narrador ao nível do texto e uma coincidência do nome da *personagem* com o nome do autor. Sejamos mais claros, através do recurso a uma taxonomia própria da narratologia.

Neste *curriculum comentado* não existe romance autobiográfico, mas um relato próximo da autobiografia, dado que se verifica a ausência de uma *personagem*, em detrimento de uma personalidade, uma vez que o autor empírico coincide com o autor textual, e existe uma referencialidade clara, para além dos limites impostos pela textualidade. Philippe Lejeune reviu a sua noção inicial de *pacto autobiográfico* e chamou a atenção para a estreita ligação entre autobiografia e dois sistemas: o referencial/real e o literário. A autora destas linhas está consciente de que, embora o seu *curriculum comentado* tente desembaraçar-se de um carácter ficcional, não deixa de assumir-se como um discurso, uma construção narrativa portadora de modos de enumeração próprios e de recursos estilísticos, que procura colocar este esforço a meio caminho entre o relato pessoal e a certificação científica que se pretende obter. Por outro lado, o *pacto autobiográfico* pode sofrer do desfazamento entre a intenção do autor e o sentido que lhe confere o leitor. Acresce que um mesmo contrato lido por pessoas diferentes é passível de comportar interpretações diversas. Para Philippe Lejeune, «o pacto autobiográfico é o compromisso que um autor assume de contar diretamente a sua vida (ou uma parte, ou um aspecto da sua vida), dentro de um espírito de verdade. Opõe-se ao pacto de ficção [...]. O autobiográfico promete que o que vai dizer é verdadeiro, ou pelo menos ele crê que o seja. Compromete-se como um historiador ou jornalista, com a diferença que o assunto sobre o qual ele promete dar uma informação verdadeira é ele mesmo» (LEJEUNE, 1975, pp. 36-37), como acontece neste *curriculum comentado*. Lejeune foi alterando, conforme já se disse, a sua formulação inaugural sobre o relato autobiográfico, segundo a qual

«chamamos autobiografia ao relato retrospectivo em prosa que qualquer um [*quelqu'un*] faz de uma própria existência, quando coloca o ênfase principal sobre a sua vida individual, sobre a história da sua personalidade» (*idem, ibidem*, 1975, p. 14).

Posteriormente, o autor substituiu o termo [*quelqu'un*] por *pessoa real*. Jacques Lecarme e Éléane Lecarme-Tabone, ressaltaram o papel pioneiro de Lejeune nos estudos autobiográficos e subscreveram a noção de *pacto autobiográfico*, sublinhando a diferença entre a autobiografia e o romance autobiográfico. Os dois seguidores de Lejeune defendiam que «é preciso um ser humano constituído como pessoa psicológica, social, moral e talvez religiosa e política para que uma autobiografia seja enunciada: por outro lado, o princípio da autobiografia será o princípio real para substituir uma noção freudiana e não o princípio do prazer, que melhor convém ao romance. A metafísica da autobiografia será realista, ingenuamente realista, ou não existirá» (LECARME; LECARME-TABONE, 1997, p. 23). Este *curriculum comentado*, que a seguir se apresenta, participa, ainda que muito subsidiariamente, de uma *metafísica do real*, defensora de verdade parcial, relativa, mas sobretudo respeitadora da existência e predominância da realidade extra-textual, da qual se dá conta no imediato.

CAPÍTULO 2

Curriculum Vitae Comentado

Capítulo 2

2.1. Breve biografia

Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto de Sousa nasceu a 18 de Fevereiro de 1958, na freguesia de Paradança, concelho de Mondim de Basto, Distrito de Vila-Real. É filha de Francisco Machado Gomes Ribeiro e de Carmo d'Assunção de Moraes Peixoto (ver anexo 3: *curriculum vitae*). Desde logo, as recordações de infância alimentam uma primeira paragem neste *curriculum comentado* para ouvir o cantar dos pássaros, olhar o rio e passar à descrição mais informativa do local de nascimento. Paradança situa-se na margem esquerda do rio Tâmega, fica a 6 km da sede do concelho. Os seus limites territoriais confinam com os das freguesias de Mondim de Basto, Ermelo e Campanhó, deste concelho, e com a freguesia de Rebordelo, de Amarante. A área de Paradança é de aproximadamente 850 hectares, dos quais 650 são de terrenos baldios e 200 de propriedades privadas. Tem atualmente cerca de 350 habitantes, na sua maioria com idades superiores a 50 anos.

A maior parte desta população vive da agricultura, cultivando vinho, milho, cereais, batata; da pecuária: bovinos, ovinos, caprinos, suínos e praticando apicultura. Papel importante é também o que a silvicultura desempenha na economia desta freguesia. Aos terrenos baldios vai-se buscar riqueza através das suas madeiras, principalmente pinheiro bravo, e produtos resinosos. Na localidade também se desenvolve pequeno comércio. No artesanato, são de realçar os tamancos feitos à medida em madeira e couro e a tecelagem de linho. Quanto à música merece especial atenção o Grupo dos Zés Pereiras de Paradança (Bombos), agrupamento com uma velha existência, que vai mantendo bem vivo o espírito que presidiu à sua fundação, constituindo-se como grande animador de festas e romarias, concitando elevada participação de jovens e ensaios semanais todos os sábados, à noite. O grupo é o embaixador cultural da freguesia e, foi, em tempos, o principal destaque da festa do padroeiro de Paradança, S. Jorge. O teatro popular também teve e tem alguma expressão, sobretudo no Carnaval, mormente através dos *Entremeses*, realizados nas eiras (loais onde se secava e triturava os cereais, sobretudo milho e centeio). Eram e são momentos de grande animação e alegria.

Quanto à origem etimológica e etnológica de Paradança diz a lenda que os *diabos* vinham pelas fraldas da serra do Marão, de Vila-Real, dançavam, foliavam e, quando chegaram a um acolhedor vale, fatigados, resolveram descansar e o chefe disse: *aqui pára a dança*. E todos os *diabos* usufruíram daquela paz acolhedora e que ainda hoje pode ser testemunhada pelas

gentes que por lá passam. Daí ter surgido o nome dado à povoação. Mas, sobre o topónimo principal desta freguesia, diz Pinho Leal, na sua obra *Portugal Antigo e Moderno* (cfr. LEAL 1990) que Parada é como Parada ou Paradinha, diminutivo de Parada, em Português antigo. Crê-se que as origens da forma Parada estejam ligadas às das de Parada. Dava-se o nome de *parada* ao foro que o povo pagava aos senhores da terra quando nela apareciam e consistia em terem pronta certa quantidade de mantimentos ou dinheiro para manutenção e aposentadoria deles e da comitiva, ou de bispos, tratando-se de senhorios eclesiásticos. Nos diversos forais do distrito de Vila Real indicam-se diversas formas assumidas pela *Parada*.

Do exposto resulta que Parada indica terra que pagou o tal foro e, da mesma forma, Parada significará localidade que pagava um foro menor. José Leite de Vasconcelos (cfr. 1975) tinha uma opinião diferente, pois defendia que Parada se deve entender não como foro pequeno, mas como denominação de um lugar menor em relação a outro chamado Parada. Em Parada havia Casais que pagavam renda ao Mosteiro de Arnóia, como comprova a Dissertação de Mestrado de Isabel de Fátima da Conceição Carvalho: *O Mosteiro de Arnóia – Património e Rendas de 1629 a 1822* (cfr. 1996). Ainda hoje existe uma pequena casa em granito denominada *Casa da Renda*, onde eram depositadas as rendas até seguirem o seu destino.

A extensão vasta de terreno baldio em parte deve-se ao papel do avô de Lucinda Ribeiro, Francisco Gomes Ribeiro, que, patenteando responsabilidades políticas e civis locais, tendo sido abordado para comprar uma vasta extensão desse terreno, não aceitou e fez uma petição ao ministro da agricultura, incitando-o a intervir, argumentando que o povo precisava desses terrenos para apascentar os seus gados e fornecer lenha para confeccionar os alimentos e aquecer as casas, como demonstra rascunho escrito pela dita personalidade, publicado em anexo (ver anexo1).

Este momento da narrativa comprova a interdependência entre a história local e o passado familiar. Este cruzamento reclama e impulsiona o relato pessoal. Lucinda Ribeiro nasceu no seio de uma família numerosa. Tem dez irmãos (nove raparigas, duas delas já falecidas, e um rapaz). Os seus pais, proprietários rurais, manifestaram o cuidado e fizeram o sacrifício de dar uma educação aos filhos. Dos 11, oito têm formação superior, as outras três não seguiram esse itinerário por opção própria. Os estudos da autora deste *currículo comentado* realizaram-se em Parada, Mondim de Basto, Fermil de Basto, Porto e Lisboa. A chegada à pequena aldeia, nas férias, das *meninas da Costa*, assim designadas pelo nome que a casa de família possui desde há muitas décadas, era uma autêntica festa.

Todos os irmãos, detentores de uma voz razoável, encantavam a localidade nos serões de Verão, entoando diversos tipos de cantares no terraço da casa. De salientar que, no período de

férias, Lucinda Ribeiro ajudava tanto nas lidas domésticas como nos trabalhos agrícolas. Sempre interventivas nas atividades locais, as *Meninas da Costa* colaboravam na catequese, dirigindo grupo de jovens e participando no canto coral e nas animações litúrgicas.

A Lucinda iniciou os seus estudos na pequena escola primária de Paradança, começando o secundário no Externato de Nossa Senhora da Graça, em Mondim de Basto, frequentando em seguida o Ciclo Preparatório. O Curso Geral foi realizado na Escola Técnica da Régua, Secção de Fermil de Basto, designando-se *Curso de Formação Feminina*. O Complementar teve lugar no Liceu Nacional Carolina Michaëlis, no Porto, no qual a aluna foi submetida a exames de equivalência, do ensino técnico para o ensino liceal. A autora não completou o ensino secundário e entrou no mundo do trabalho, para desagrado de seu Pai. Contudo, esta decisão era inegociável, dado que se afigurou como um imperativo de consciência, materializando um desígnio emancipatório, ao qual correspondia uma vontade de encetar atividades de natureza prática, contactando com personalidades muito diferentes da sua, enfrentando desafios aliciantes pela sua novidade, dado que colocaram à prova capacidades até então inexploradas e acarretaram obstáculos de difícil transposição, mas, por isso mesmo, extremamente estimulantes. Assim, de 1981 até 1987 Lucinda Ribeiro exerceu funções na *Agência de Contribuintes – Documentação e Contabilidade* de Judite Pereira, na Pontinha, em Lisboa, onde foi responsável pelos serviços internos, nos domínios: contabilístico, fiscal, legislação laboral, segurança social, incluindo a elaboração de processos de escritura e respectivos registos (comercial, predial, civil e registo de patentes). A autora destas linhas efetuou representação externa da Agência em atos públicos, tais como: escrituras de compra e venda de imóveis, constituição de sociedades comerciais e outros. De 1988 até 1992 exerceu atividade liberal, na compra e venda de imóveis, no Porto, experimentando o risco de se lançar em nome individual no ramo empresarial. De 1992 a 1994 colaborou na gestão, na área administrativa e comercial, de uma empresa em nome individual - *Fael Molduras*, na Senhora da Hora, Matosinhos.

Decorridos alguns anos no desempenho destas funções de teor burocrático-administrativo ou de cariz pragmático, nas quais tentou conciliar, de modo instável mas efetivo, um instinto de liberdade com a necessidade de responder a vontades alheias, Lucinda Ribeiro sentiu um vazio, um *hiato* que precisava de ser preenchido. O seu intelecto estava deficitário de alimento. Quis voltar a estudar num curso intensivo, no Externato D. Duarte, no Porto. Terminou as disciplinas que faltavam do 2.º ano do Curso Complementar do Liceu, hoje, 11.º ano, e o 12.º, conseguindo uma média de 17 valores. Eram várias as áreas que a aliciavam: Direito, História, Arqueologia, Geografia, Geologia. A autora escolheu Direito, mas como

não havia, na Universidade do Porto, uma faculdade estatal devotada ao referido curso, optou por História (1.^a opção), na Faculdade de Letras da mesma cidade. Antes de iniciar o terceiro ano, a Lucinda teve de escolher entre o ramo científico e pedagógico, seguindo a via pedagógica e, logo nas primeiras aulas, sentiu que não se identificava com as temáticas, considerando que algumas eram destituídas de aplicabilidade prática. Uma certa pressão por parte dos colegas fez com que se mantivesse no curso e foi estagiar para a Escola Secundária Manuel Gomes de Almeida, em Espinho, dando aulas de História ao 8.º e 9.º anos.

Esta experiência foi útil a Lucinda Ribeiro para constatar que não se identificava com o ensino. Regressou à Faculdade para acabar o curso de História, enveredando alternativamente pela via científica, concluindo-a com a média final de 13 valores. As suas classificações foram muito díspares, isto é, numas cadeiras a autora deste *curriculum comentado* obteve o que pode considerar-se bons resultados, intercalando-os com outros bem menos auspiciosos. Perante professores que exigissem que o aluno fizesse as suas pesquisas e fundamentasse bem o seu ponto vista, Lucinda Ribeiro conseguia obter recompensa do seu esforço. Contudo, na comunidade docente deparou-se com alguns professores, sobretudo assistentes, que queriam que os alunos mimetizassem as suas opiniões. Nessas circunstâncias era sempre um pouco mais difícil ultrapassar as adversidades e nem sempre foi possível vencê-las. Um ponto muito positivo era a possibilidade de se optar por disciplinas de outros cursos existentes na instituição, pois permitiu alargar horizontes. Em consonância com este objectivo, Lucinda Ribeiro concluiu cadeiras de História de Arte e de Filosofia.

A autora sempre sentiu um fascínio pelo livro e pela leitura e, neste aspecto, quem lho incutiu foi a sua Mãe, que gostava muito de ler.

A Lucinda Ribeiro cedo se apercebeu que através do livro expandia a sua capacidade de raciocínio. Leitora omnívora, a autora encontrou alento no aparecimento da Biblioteca Itinerante, da Fundação Calouste Gulbenkian. Segundo Daniel Melo, na sua obra *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo 1926-1987* (cfr. MELO 2004), o serviço de Bibliotecas Itinerantes foi criado pela Fundação citada em 1957-1958, segundo sugestão de Branquinho da Fonseca (escritor e à altura Conservador/Bibliotecário no Museu Biblioteca Conde de Castro Guimarães, em Cascais), na sequência do projeto de uma biblioteca-circulante da Biblioteca Municipal de Cascais, iniciado pela personalidade referida em 1953, abrangendo todo o território português, incluindo os arquipélagos. O serviço passou por várias fases e foi extinto, definitivamente, em 19 de Dezembro de 2002. Tinha como objetivos promover e desenvolver o gosto pela leitura e elevar o nível cultural dos cidadãos, assentando a sua prática no princípio do livre acesso às estantes, no empréstimo domiciliário e na gratuidade

do serviço. A biblioteca itinerante também chegou a Mondim de Basto, sendo desde logo frequentada por Lucinda Ribeiro e seus irmãos. O serviço era disponibilizado uma vez por mês, podendo ser requisitados 5 livros. As obras eram lidas por todos, sempre desejosos que chegasse o dia da Biblioteca.

A autora lembra com muita saudade a entrada naquele local, reiteradamente encarado como algo mágico, *sagrado*, recordando a ansiedade com que percorria as prateleiras para *escolher* os livros. A *eleição* era muitas vezes difícil, devido à diversidade da oferta. O ritual era sempre acompanhado pelo zeloso *Bibliotecário*, que deixou de perguntar se todos os livros requisitados eram lidos, assim que se apercebeu que as *meninas da Costa* procediam efectivamente à respetiva leitura. Lucinda Ribeiro recorda particularmente a capa vermelha, com o retrato do autor, da coleção dos livros de Camilo Castelo Branco, que ainda hoje fazem as delícias do seu imaginário. A Biblioteca Itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian teve uma influência enorme na paixão da autora pelo livro pela leitura e pelas bibliotecas.

Mais tarde, no Liceu Nacional Carolina Michaëlis, Lucinda Ribeiro teve a mesma sensação ao frequentar a Biblioteca Pública Municipal do Porto, experimentando encantamento perante livros, o silêncio, a imponência de todo o local. A autora lembra-se de uma visita de estudo que realizou à instituição, enquanto aluna universitária, na qual lhe foi permitido manusear um manuscrito de Camilo Castelo Branco: *A Bruxa do Monte Córdova*. A sensação de fascínio foi semelhante à que sentiu na pequena carrinha/biblioteca, anteriormente referida. Quando concluiu o curso de História, fez-se luz no espírito de Lucinda Ribeiro: queria ser bibliotecária e sentir a *magia* de poder realizar um sonho, estando muitas horas num lugar que elegeu como *sagrado*. Nas viagens que tem realizado ao longo da vida, a autora tem por hábito visitar bibliotecas e arquivos, tais como: o Arquivo de Simancas, Biblioteca de Valladolid, Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, British Library, Biblioteca Nacional do México, a Biblioteca do Trinity College, em Dublin.

Lucinda Ribeiro não conseguiu entrar no Curso de Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde era dada preferência a quem trabalhasse na área. A decepção foi tanta que reagiu ao desaire, efetuando uma prospeção de mercado incidente sobre ofertas de cursos de pós-graduação. Para o efeito, a autora fez pesquisas nas diversas Universidades de Lisboa. Aquela que mais a motivou, desde logo, foi a Universidade Autónoma. A autora comentou o assunto com o Professor Doutor José Marques, então coordenador do Curso de Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que deu uma resposta peremptória, ao afirmar que se trata de uma Universidade

prestigiada e que o respetivo curso está muito bem estruturado. Note-se que o referido docente fez parte do júri que apreciou a reestruturação. O caminho estava aberto...

Entretanto, Lucinda Ribeiro teve que se deslocar a Londres, por motivos de saúde de familiar. No regresso, pensou que já não conseguia inscrever-se, mas, para sua surpresa, o telefone tocou e surgiu uma voz de senhora a perguntar se desistira do curso. A sua felicidade foi enorme. Assim iniciou o Curso de Ciências Documentais na Universidade Autónoma de Lisboa. Desde o curso aos colegas, esta experiência excedeu todas as suas expectativas. Cabe neste passo um agradecimento especial à colega Maria João Batista, sempre solícita e pronta para ajudar. O estágio da autora foi efetuado na *Biblioteca César da Silva*, do Centro Cultural Casapiano – Casa Pia de Lisboa, onde Lucinda Ribeiro realizou tarefas no âmbito do tratamento documental de monografias e periódicos modernos, o que mais tarde lhe permitiu fazer uma comparação com os procedimentos aplicados ao livro antigo.

A Casa Pia de Lisboa é uma instituição do Estado Português, que tem por missão a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens, sobretudo os que se encontram em perigo e em risco de exclusão e com necessidades educativas específicas. Foi instituída por Pina Manique, intendente-geral da polícia, em 3 de Julho de 1780, no reinado de D. Maria I de Portugal, com a designação de Real Casa Pia de Lisboa. (cfr. NAVARRO; SANTOS, 2000; CASTRO, 2009). O Centro Cultural Casapiano foi inaugurado no dia 3 de Julho de 2000. Nele insere-se a Biblioteca César da Silva (Alfredo Augusto César da Silva, 1859-1942, foi professor, escritor, jornalista e bibliotecário da Casa Pia de Lisboa), que pretende proporcionar um importante contributo para a dinamização cultural da Casa Pia de Lisboa, entidade de tradição secular, mas aberta às exigências contemporâneas.

Enquanto frequentava o curso de pós graduação na Universidade Autónoma, Lucinda Ribeiro, em simultâneo, fez trabalho na Academia das Ciências de Lisboa, tratando periódicos antigos, tendo selecionado a informação documental da mesma. A Academia de Lisboa foi fundada em 1779, sendo denominada Academia Real das *Sciências*. Mudou por seis vezes de instalações, até ficar, em 1833, no Convento de Jesus da Ordem Terceira de S. Francisco, na cidade de Lisboa. A respetiva biblioteca, uma das muito importantes do país, foi beneficiária de Depósito Legal de 1931 a 2003. Do seu valioso fundo, distingue-se: grande parte das obras do Convento de Jesus, 24.174 volumes impressos e cerca de 3 mil manuscritos portugueses, árabes, espanhóis e hebraicos; espécies tão relevantes como o códice *Crónica Geral de Espanha*, o incunábulo *Biblia Moguntiae*, 1462, a 1.^a edição de *Os Lusíadas* e o *Livro de Horas da Condessa de Bertandos*. De referir ainda um importante conjunto de legados. A concretização deste projecto da Académia deveu-se a D. João Carlos de Bragança de Sousa

Ligne Tavares Mascarenhas da Silva (1719-1806), 2.º Duque de Lafões, que foi auxiliado na elaboração dos estatutos e na definição dos objetivos da instituição por José Francisco Correia da Serra (1750-1823), mais conhecido por Abade Correia da Serra (cfr. IRIA, 1986). Os objetivos desta agremiação académica eram: incentivar o desenvolvimento científico e cultural do país, e divulgar os conhecimentos científicos e técnicos, de forma que pudessem ser aplicados no desenvolvimento cultural e económico do país. A entrada da autora nesta instituição foi uma experiência muito enriquecedora, abrindo as portas para a atividade no âmbito da Biblioteconomia na especialidade do livro antigo. Enquanto aluna da Universidade Autónoma, no curso de Ciências Documentais, Lucinda Ribeiro realizou um trabalho sobre iluminuras, onde lhe foi facultado (pela Mestre Teresa Cardoso) o privilégio de consultar o manuscrito *Crónica Geral de Espanha*, datado de 1344, para escândalo de um académico, o Professor Doutor Miguel Telles Antunes, ao qual o nosso querido e saudoso reitor, Professor Doutor Justino Mendes de Almeida, então inspetor da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, reagiu negativamente. No desenvolvimento das atividades práticas do foro técnico no seio da Academia, a autora pôde aplicar os exercícios de catalogação de livro antigo, aprendidos no Curso de Ciências Documentais da Universidade Autónoma, mais concretamente na disciplina de opção, *História do Livro*, lecionada pela Mestre Teresa Cardoso. Perante a complexidade de tais tarefas, a primeira reação da responsável por estas linhas foi de desagrado, considerando que nunca iria trabalhar nessa área. Puro engano...

O labor realizado por Lucinda Ribeiro na catalogação de livro antigo na Academia das Ciências era submetido a uma avaliação por objetivos, circunstância que se tornou bastante difícil, devido à falta de experiência da autora. Este projeto foi liderado pela Dra. Teresa Macedo e pelo Dr. Pina Manique e consistia na catalogação de 12 livros, diários, incluindo indexação e classificação segundo CDU (*Classificação Decimal Universal*), etiquetagem e arrumação. Os livros eram catalogados segundo a ordem das estantes, não obedecendo a nenhuma regra específica. A avaliação do trabalho processava-se diariamente. Estes objetivos eram difíceis de atingir, dada a complexidade do livro antigo, sobre a qual versará o terceiro capítulo deste relatório. Nem todos os exemplares possuem as mesmas características, mas aparecem, com frequência, alguns que exigem um cuidado suplementar, permeável à persistência de reticências e ressalvas quando o seu tratamento é dado por concluído. Esta conclusão resulta sempre provisória e reversível. As obras pertencem a uma época, exprimem pensamentos, colocando muitas dificuldades a vários níveis, nomeadamente a sujeição à censura. Os registos elaborados na Academia foram enviados (excluindo a indexação) para a Porbase - *Base Nacional de Dados Bibliográficos*, catálogo colectivo em linha das bibliotecas

portuguesas. Estabelecida em 1986, a Porbase é coordenada pela Biblioteca Nacional de Portugal e está disponível ao público desde Maio de 1988, sendo atualmente a maior base de dados bibliográficos do país (cfr. FARIA; PERICÃO, 1999).

Quando se pensa em tratar uma coleção de livro antigo deve-se começar por fazer uma pesquisa bibliográfica acerca do núcleo, por exemplo *tipografia de quinhentos* (séc. XVI), *tipografia de seiscentos* (séc. XVII) e *tipografia de setecentos* (séc. XVIII). A Porbase também contribui para um melhor desempenho neste âmbito. O trabalho realizado por Lucinda Ribeiro implicou também o recurso aos catálogos *on line* das diversas bibliotecas espalhadas pelo mundo. Sempre que o exemplar já tinha sido tratado, faltava apenas adaptá-lo à realidade, utilizando a ferramenta designada *copiar e colar*. O sistema informático operacionalizado pela autora foi a Porbase 5, utilizando o formato *Unimarc*, de modo a facilitar a troca internacional de registos bibliográficos em formato legível por computador (cfr. UNIMARC, 2001), seguindo a norma ISBD(A) - *descrição bibliográfica internacional normalizada das monografias antigas*, que atribui uma ordem aos elementos da descrição e prescreve um sistema de pontuação (cfr. ISBD(A), 1988). O grupo de bibliotecários do projeto em causa era de uma coesão invulgar, dominando o bom relacionamento humano, a inter-ajuda, a solidariedade perante as dificuldades existentes, o que, quando recordado, ainda hoje, provoca uma certa saudade.

O salão nobre da Academia, onde se encontra uma grande parte do fundo antigo, exerce sobre Lucinda Ribeiro um enorme magnetismo, apenas comparável, numa outra dimensão, às sensações experimentadas no contacto com a biblioteca itinerante da Gulbenkian. Na verdade foi um grande privilégio para a autora poder sentir as obras do *fundo antigo* da Academia de Ciências de Lisboa, portadoras de séculos de existência, independentemente dos ácaros e do pó (de salientar que existia uma equipa de funcionários que se encarregavam da higienização e restauro dos livros, em colaboração com o grupo de bibliotecários). Já no seio familiar, Lucinda Ribeiro possui esta característica de preservar tudo o que possa ser secular. O livro antigo merece um grande destaque, dado que permite perceber toda uma época através dele, apesar da sua complexidade. A autora recorda as palavras da Mestre Teresa Cardoso: “Quando pensamos que dominamos as regras do livro antigo, surge um exemplar que nos deixa numa situação difícil”.

Entretanto, quando Lucinda Ribeiro se encontrava ainda na Academia de Ciências, uma colega da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Dra. Lucinda Oliveira, alegou que esta instituição precisava de técnicos especialistas para tratar o fundo antigo. Houve tanta insistência e, como a autora estava longe dos familiares mais próximos, aceitou o convite que

lhe foi formulado e regressou à Invicta, para gáudio do saudoso Pai, que queria companhia nas caçadas, e dos sobrinhos, ainda pequenos. A passagem de Lucinda Ribeiro da Academia das Ciências para a Biblioteca Pública Municipal do Porto foi espinhosa, sobretudo devido à mudança política entretanto verificada na Câmara Municipal da edilidade situada no norte do país, cujo executivo se revelou muito pouco sensível às questões culturais. Quando colegas e leitores solicitavam os serviços da autora, esta sentia uma alegria imensa, entregando-se com determinação a um trabalho num lugar que frequentava regularmente enquanto estudante universitária, denominando-o e elegendo-o como *santuário*. Contudo, Lucinda Ribeiro deparou-se com uma situação diferente da verificada na Academia das Ciências de Lisboa.

A Real Biblioteca Pública da cidade do Porto, atualmente Biblioteca Pública Municipal do Porto, foi oficialmente instituída em 9 de Julho de 1833 por Decreto de D. Pedro IV, Regente em nome de D. Maria. A abertura oficial da biblioteca ao público deu-se já em S. Lázaro, em 1842, no espaço do antigo Convento de Santo António da cidade. Os edifícios em que a Real Biblioteca Pública do Porto esteve instalada foram, sucessivamente, os do Hospício de Santo António de Vale da Piedade, na Cordoaria e o Paço Episcopal. Desde a sua fundação, a biblioteca teve o direito a receber o que hoje se designa por Depósito Legal. Os fundos primitivos foram constituídos pelas obras pertencentes às livrarias dos conventos – incorporados nos bens nacionais na sequência da legislação do Governo Liberal, que suprimiu as ordens e congregações religiosas – e ainda pelo espólio de algumas bibliotecas sequestradas a particulares (cfr. CABRAL; MEIRELES, 1998).

Ao longo dos anos, as coleções da BPMP foram sendo sucessivamente enriquecidas por via de ofertas, legados, permutas e aquisições. Conforme descreve Júlio Costa: «O acervo da biblioteca é quantitativamente e qualitativamente significativo. Constituída sobretudo por bibliografia nacional, a BPMP conta atualmente com mais de 1.300.000 documentos impressos. Tendo em conta a sua missão e objetivos, enquanto unidade documental com uma vincada e relevante vertente patrimonial, compete-lhe preservar e divulgar o acervo documental que alberga, avultando entre este o seu notável e valioso *fundo antigo*, ou seja, livro impresso nos séculos XVI, XVII e XVIII. Relativamente aos fundos de que é depositária a BPMP, destaca-se, pela sua importância e caráter único, o fundo manuscrito de Santa Cruz de Coimbra, designado *Fundo Geral*. A BPMP está mais direcionada para a investigação, uma vez que a Biblioteca de Almeida Garrett, situada também na cidade do Porto, privilegia uma vertente popular, embora em termos orgânicos estejam ambas integradas no Departamento Municipal de Bibliotecas, dependente da Direção Municipal de Cultura, da Câmara Municipal do Porto. Tendo em consideração estes desígnios gerais, a Divisão Municipal de Coleções e Desenvolvimento, através do Serviço de Manuscritos e Reservados (Unidade de Livro Antigo), iniciou em 2004 um programa interno de tratamento documental e processamento bibliográfico do fundo antigo dos séculos XVI e XVII. Este programa albergava os seguintes objetivos: incrementar o tratamento técnico documental, o processamento bibliográfico e o acesso ao importante património documental à guarda da BPMP; contribuir para

a divulgação nacional e internacional, das publicações quinhentistas e seiscentistas e disponibilizar modernos instrumentos de pesquisa e investigação, correspondendo a necessidades e expectativas de utentes especializados e do público em geral, fomentando de uma política integrada de conservação e preservação destas colecções» (COSTA, [s.d]).

De salientar que a então diretora desta Biblioteca, a Dra. Isabel Santos – cuja nomeação contrariou a tradição desta instituição, que desde o início foi sempre dirigida por um bibliotecário, sendo o primeiro Alexandre Herculano –, economista de formação, revelou-se pouco sensível às questões biblioteconómicas, eximindo-se a atenuar os efeitos nefastos dos cortes orçamentais sobre a gestão do património bibliográfico. Numa atitude discutível, a referida responsável argumentava que o livro antigo não era uma prioridade sua, alegando que não possuía conhecimentos acerca desta temática. A resposta de Lucinda Ribeiro não se fez esperar, contrapondo que a diretora podia não perceber de livro antigo, mas tinha que entender a importância desta temática e do serviço que dela trata na BPMP, cuja missão principal e estratégica se prendia e prende com a investigação. A autora acrescentou que se desperdiçavam verbas a fundo perdido, e que podiam ser canalizadas para este fim, tal qual aconteceu no projeto de catalogação de livro antigo na Academia das Ciências. Isabel Santos contrapôs que a burocracia era complexa e intransponível. Lucinda Ribeiro foi chamada ao gabinete da Cultura da Câmara Municipal pelo vereador Dr. Gonçalo Gonçalves e pelo Director da Cultura, Dr. Matos Fernandes. Ambos reconheceram que o trabalho da autora na BPMP tinha sido muito relevante, alegando, em contrapartida, que não dispunham de meios financeiros para assegurar a continuidade da responsável por estas linhas na instituição por eles tutelada. O sofrimento gerado por esta situação foi enorme, uma vez que implicava interromper o tratamento documental do século XVII, quase finalizado. Saliente-se que para a autora foi muito gratificante trabalhar com o livro antigo. Lucinda Ribeiro costumava dizer que esse labor era tão compensador que podia equiparar-se à comparência numa festa. Às vezes, quando interrogada como era possível uma pessoa dinâmica estar parada perante um computador e uns livros velhos, a autora respondia, a quem a inquiria nesses termos e não a percebia, que o estímulo intelectual sobrepunha-se, de forma muito acentuada, à suposta imobilidade corporal.

Em 2006, Lucinda Ribeiro foi abordada pelos professores e colegas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto para fazer o mestrado, tendo sido o tema escolhido pelo diretor do curso, o Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves. Uma vez que a autora tinha formação a nível da Biblioteconomia podia desenvolver um tema no âmbito Bibliotecas Escolares que, enquanto objeto de estudo, estavam um pouco negligenciadas. A escolha recaiu sobre a

Biblioteca Jaime Cortesão, do Liceu D. Manuel II, hoje Escola Secundária Rodrigues de Freitas. O título da pesquisa a desenvolver é elucidativo: *Livros e leituras na Biblioteca Jaime Cortesão, no Liceu Nacional D. Manuel II, nos anos lectivos de 1948/1949 e 1958/1959*, inserindo-se o estudo no Mestrado de História e Educação Contemporânea. No primeiro ano curricular, a autora realizou quatro disciplinas: Métodos e Técnicas de Investigação; Problemáticas da História Contemporânea; História e Educação e Seminário de Orientação, tendo obtido a classificação de 15 valores, no primeiro caso, e 18 nas restantes cadeiras. A preparação da dissertação de mestrado projetada foi muito enriquecedora, devido à orientação do Professor Doutor Luís Grosso Correia.

Concluído o ano curricular, Lucinda Ribeiro desenvolveu a pesquisa para o tema escolhido, elaborando uma base de dados portadora de cinco mil e quinhentos registos e escrevendo alguns capítulos. Foi então que a autora se deparou com a enfermidade grave da sua Mãe, que ficou totalmente dependente, com sequelas de doença cerebral, necessitando de apoio permanente de terceiros, situação que se manteve ao longo de cinco anos (faleceu no dia 11 de Novembro de 2012). Este quadro vivencial condicionou e coartou fortemente a liberdade de Lucinda Ribeiro, como prova o documento em anexo (ver anexo 2). A autora teve que dar todo o apoio à Mãe, enquanto ela viveu, tentando contrariar um cenário irreversível, ou pelo menos atenuar o sofrimento físico da progenitora, que mantinha inquebrantável vontade de vencer a morte. Em 2011, numa situação complexa do ponto de vista anímico, Lucinda tentou retomar o trabalho académico que suspendera informalmente, por força das circunstâncias, mas, para seu espanto, o mestrado em História e Educação tinha acabado, obrigando, como alternativa, a uma inserção nas pós-graduações afins na área da História. Todavia, esta perspetiva não agradava à autora. Então surgiu a ideia de fazer o mestrado nas Ciências Documentais e, mais uma vez, a Lucinda recordou-se da sua estimada Universidade Autónoma de Lisboa. A *mulher do Norte*, como já era designada pelos colegas nesta instituição, rumou em direção a Lisboa, enfrentando o receio de receber alguma notícia indesejável acerca do agravamento do estado clínico de sua mãe.

A seguir efetua-se uma avaliação da licenciatura de Lucinda Ribeiro na FLUP, e da Pós Graduação na UAL, de forma a proceder a uma auto-análise do percurso académico que contribua para a compreensão do perfil da autora a esse nível.

2.2. Avaliação da licenciatura na FLUP e da pós-graduação na UAL

Na disciplina de *Pré-História*, a autora teve como docente o Mestre João Pedro Ribeiro, do qual guarda recordações que parecem tornar-se mais vivas retrospectivamente, à medida em

que este relato começa a ganhar forma. A Lucinda talvez não tenha valorizado suficientemente a perspetiva aberta através da qual as aulas eram lecionadas, dado que o docente apelava ao desenvolvimento das capacidades heurísticas e do sentido crítico dos discentes. Todavia, a responsável por estas linhas, inexperiente como era na investigação histórica, sofreu o embate das lições referidas, encarando-as como um alfabeto indecifrável, uma *língua* absolutamente estrangeira, impossível de descodificar, dado que sempre se sentiu motivada pelo *aqui e agora*, interessando-lhe o passado como ponto de ancoragem e porto seguro da *história do tempo presente*.

A personalidade empreendedora da autora e o fascínio face ao poder da imaginação, conduziram a um maravilhamento perante a sucessiva manipulação de artefactos líticos. Contudo, as matérias de Pré-História pareciam demasiado longínquas e afastadas da vida comum, das preocupações com os problemas do quotidiano e de uma História enquanto atividade cívica, voltada para a resolução pragmática de problemas, que sempre fascinaram Lucinda Ribeiro de modo mais ou menos consciente, desmotivando-se, assim, face às origens do Universo, da Terra ou às construções e representações acerca das cosmogonias. A disciplina de *Civilizações Pré-Clássicas* foi lecionada pelo Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias, mais conhecido por Frei Geraldo. O que mais fascinou a autora foi, sobretudo, o aparecimento e desenvolvimento da civilização Suméria, em detrimento das grandes dinastias e obras faraónicas. Em contrapartida, o estudo da escrita seduzia Lucinda Ribeiro, devido à imponente materialidade, à imanência do seu poder icónico e simbólico, enquanto propulsora da organização social e cultural. Ainda hoje, e cada vez com mais força, a autora advoga a importância do património escrito como fonte de cultura inegociável.

Na disciplina de *Civilizações Clássicas*, exposto este enquadramento, compreende-se que o *protótipo* da civilização grega, tida como mais cultural, tenha capturado imediata e intransigentemente a atenção de Lucinda Ribeiro, em desfavor da história de Roma, acerca da qual o docente, Professor Doutor Brochado de Almeida, insistia em privilegiar aspetos militares e o tempo do Império, discutindo também a noção e a prática da romanização. De todas as disciplinas do 1.º ano, aquela da qual a autora mais gostou foi a de *Introdução à História* – lecionada pelo Professor Doutor Ivo Carneiro de Sousa –, menos pela sua vertente teórica, muitas vezes ininteligível para uma neófito, do que pelo incentivo dado à iniciação na investigação. Esta cadeira levou-a a percorrer os corredores da Biblioteca Pública Municipal do Porto, primeiro como novidade e depois com infinito e sempre reiterado prazer. A propedêutica da investigação histórica exerceu sobre a autora um efeito encantatório, do qual nunca se libertou, servindo ainda hoje de suporte às suas investidas nas Ciências Documentais.

A partir do 2.º ano, Lucinda Ribeiro começou a desenhar uma tendência da qual se foi apercebendo paulatinamente. A sua predileção por matérias de cultura e mentalidades evidenciou-se gradualmente, independentemente das épocas históricas versadas: medieval, moderna ou contemporânea. Os assuntos relacionados com a História de Portugal, ou sociedade, economia política, nos três períodos, não captaram tanto a atenção da autora. Todavia, houve exceções que confirmam a regra. Da *História Medieval de Portugal* guarda a paixão do docente, Professor Doutor Baquero Moreno, pela cultura moçárabe e sua influência sobre a mentalidade vigente no Sul do Condado Portucalense. Ainda no 2.º ano, a disciplina de *Sociedade, Economia e Política na Época Medieval* deu a Lucinda Ribeiro uma panorâmica que lhe permitiu inserir a realidade portuguesa em contexto europeu. Por seu turno, a *Paleografia e Diplomática*, a cargo do Professor Doutor José Marques, foi a disciplina de que mais gostou, devido à sua vertente prática, plasmada no contacto direto com os documentos, com vista à aplicação de métodos e técnicas para a sua descodificação.

No 3.º ano, na disciplina de *História Moderna de Portugal*, Lucinda Ribeiro verificou que a sua curiosidade direcionou-se para matérias que, de algum modo, tangencialmente ou talvez não, se relacionam com mentalidades e costumes, como é o caso da então ainda pouco investigada *história da alimentação*. Na disciplina de *Sociedade, Economia e Política na Época Moderna*, a aprendizagem do conceito de economia-mundo e do estruturalismo *braudeliano* exerceu uma influência duradoura sobre a autora, enquadrando e matizando leituras épicas sobre a expansão portuguesa. Imperou também a desejável crítica documental e problematizante, na esteira de Vitorino Magalhães Godinho.

No 4.º ano, a *História contemporânea de Portugal*, a cargo do Professor Doutor Gaspar Pereira, foi dada sob um prisma que privilegiou o século XIX. Esta foi uma perspetiva metodológica acertada, rigorosa e frutífera, mas a Lucinda gostaria de ter aprofundado matérias que ainda hoje influenciam o correr dos dias como: o Estado Novo e o 25 de Abril. Compreendeu, todavia, que se trata de assuntos sobre os quais o distanciamento histórico requerido talvez não seja ainda suficiente. Na disciplina de *Sociedade, Economia Política na Época Contemporânea*, a autora entendeu o peso das revoluções americana e francesa na mentalidade ocidental contemporânea, mas talvez tenha ficado com uma noção pouco desenvolvida das implicações do *curto* século XX (cfr. HOBSEBAWM, 1998) na atualidade.

Na disciplina de *Teoria da História*, lecionada pelos Professores Doutores João Marques e Maciel Morais Santos, a Lucinda pôde conviver com conceitos muitas vezes utilizados, mas sobre os quais sabia pouco, do ponto de vista teórico. Afeiçoou-se, então, a matérias como a *memória* ou o *tempo histórico*, indispensáveis ao ofício de historiador e de bibliotecário.

Neste momento da narrativa impõe-se, por momentos, o retorno aos temários de eleição da autora, ligados à História da *Cultura e Mentalidades*. Do período medieval, apreciou o estudo da experiência humana das peregrinações, do maravilhoso e da evolução das universidades, tendo ficado sobretudo fascinada por esta última temática, dado que a sua vivência como estudante universitária contribuiu para esse interesse. Nas disciplinas de Cultura Medieval e Moderna, lecionadas respetivamente pelo Professor Doutor Luís Miguel Duarte e pela Professora Doutora Elvira Mea, a autora destas linhas reteve e absorveu a questão do humanismo e a das respetivas origens, que ainda hoje a acompanha e assalta, sendo constantemente interpelada pelos valores e princípios correspondentes. Da disciplina de Cultura Contemporânea, a cargo dos Professor Doutor Eugénio dos Santos e da Professora Doutora Conceição Meireles, Lucinda Ribeiro assimilou o racionalismo iluminista, que ainda hoje faz parte das suas preocupações e condutas. Quanto às disciplinas de opção, frequentadas ao longo dos anos, interessaram-lhe por motivos diferentes. O seu gosto pelo entendimento do ser humano foi algo preenchido pela frequência das cadeiras de *História Comparada das Religiões*, da responsabilidade Frei Geraldo e *Cosmologia* (do curso Filosofia), lecionada pelo Professor Doutor Levi Malho, enquanto que o interesse antropológico por viagens encontrou eco nas *História e Cultura de Timor* e *História do Brasil*. Os contactos com outras pessoas de outros países e culturas e a estesia experimentada na fruição de manifestações artísticas levaram a autora a escolher as disciplinas de *Língua Viva I (Instrumento de Trabalho) – Francês*, leccionada pelo Professor Ilídio Henrique de Sousa e *Introdução à História da Arte*, regida pela Professora Doutora Lúcia Rosas.

Numa primeira síntese retrospectiva acerca da relação de Lucinda Ribeiro com a licenciatura em História, são para si claras certas ideias, das quais não teve, por vezes, consciência aquando da experiência direta dos acontecimentos. Uma auto imagem, sempre falível e lacunar, sobre o percurso de Lucinda Ribeiro permite um auto conceito reversível e sujeito a revisão. A autora crê possuir um espírito humanista, atento às *coisas terrenas*, mas que não dispensa a transcendência. Por outro lado, a História é uma ciência que promove a aproximação ao outro (*o homem, mundo, Deus*) de modo a aceitá-lo, compreendê-lo, interpretá-lo, sem esquecer, como nota Santo Agostinho, na sua obra *Confissões* (cfr. 2011), que todos os seres humanos alicerçam sua identidade na confluência de três dimensões temporais, independentes, mas possíveis de constante interpenetração: *passado, presente* e o *futuro*. Todas nutrem e fertilizam o campo de *experiência* histórica humana e o *horizonte de expectativa* de que este se reveste. Acresce que os livros e a sabedoria constituem universos prenhos dessa experiência humana e dos horizontes aludidos (cfr. KOSELLECK, 1979), através

dos quais se entende melhor a necessidade que a autora destas linhas sentiu de acrescentar ao seu curso de História uma pós-graduação em Ciências Documentais, sobre a qual se debruça em seguida. A vontade de conhecimento e a sede de informação são características distintivas do humano, e constituem desígnios que se transformaram em urgentes desideratos a cumprir após a licenciatura. O melhor reduto para exercitar o gosto pelo conhecimento e pela sabedoria foi o curso de pós-graduação em Ciências Documentais, realizado na Universidade Autónoma de Lisboa. Conforme ficou claro no percurso biográfico de Lucinda Ribeiro, os livros e a leitura constituem duas paixões da autora, pressupondo ambas a ativação de mecanismos cognitivos comuns às Ciências Documentais, cuja definição é a seguinte, no entender de Isabel Faria e Graça Pericão, em texto publicado no *Novo Dicionário do Livro*: «Compilação contínua e sistemática da informação registada de modo a permitir a sua armazenagem, recolha, utilização ou transmissão. Em sentido genérico, aquisição, organização, armazenamento, recuperação e difusão de documentos» (FARIA; PERICÃO, 1999, p. 201). Contudo, esta abordagem não esgota a amplitude e diversidade da noção de *Ciências Documentais*, passível de albergar outras aceções, como aquela que designa um âmbito de estudos plural, apto a responder aos desafios das novas tecnologias e da sociedade de informação, de modo a planear, organizar e gerir fundos documentais e recursos informativos de natureza diversa, indexando e classificando documentos, sem esquecer uma perspetiva abrangente, que salvaguarde o património cultural. A ligação à Informática consubstancia uma área a ter em conta na circunscrição concetual das Ciências Documentais, que podem colocar em prática a Gestão de redes e equipamentos, sem perder de vista todos os sistemas de informação e o apoio aos utilizadores de Bibliotecas, contribuindo para resolver as dificuldades e obstáculos com que se deparem. Tudo isto só se torna possível se as Ciências Documentais forem entendidas como um vasto campo interdisciplinar, dotado de princípios, teorias, metodologias próprios, sempre passíveis de adaptar-se ao mundo atual em constante mutação e permanente movimento, exigindo o escrutínio atento e crítico de uma torrente de informação impossível de controlar totalmente, mas passível de sofrer delimitações necessárias à altura das quais devem estar as Ciências Documentais, que se afirmam crescentemente como Ciências da Informação. Perante esta conjuntura, os profissionais de Bibliotecas, Arquivos e Museus são continuamente confrontados com as exigências de uma nova realidade no âmbito da informação e do conhecimento.

Graça Pericão e Isabel Faria consideram, ainda, que a Ciência da Informação é uma "Ciência interdisciplinar em gestação que tem como objeto a recolha, processamento e difusão da informação de uma fonte para um utilizador e não informação em si mesma" (FARIA; PERICÃO, 1999). A

interdisciplinaridade patente no curso da Universidade Autónoma de Lisboa fascinou Lucinda Ribeiro de imediato, e permitiu-lhe perceber a ciência da informação enquanto área de estudos desenvolvida a partir da interceção da Biblioteconomia com a informação científica e a informática, interessada especialmente em facilitar a comunicação da informação científica e a aplicação de métodos de pesquisa ao estudo de sistemas e serviços da informação.

O curso em análise é constituído por diversas cadeiras. Na *Introdução às Ciências Documentais*, disciplina da responsabilidade dos Drs. Ana Gaspar e Pedro Estácio, Lucinda Ribeiro pôde compreender os fundamentos, a origem e a dimensão teórica e prática das matérias versadas. Por outro lado, a documentação e a informação necessitam de uma estrutura organizativa que presida à respetiva seleção, ordenação e disponibilização ao público. Na disciplina de *Introdução às Teorias de Organização e Planeamento*, lecionada pela Dra. Ana Inácio, foi possível compreender a importância e abrangência das diferentes teorias de organização para um mais eficaz planeamento. Por outro lado, as diversas sociedades, nas diferentes épocas históricas, lidam de modos díspares com o acervo documental de que dispõem. A Disciplina de *Sociologia da Informação* lecionada pela Dra. Ana Inácio versou sobre estas matérias. Antes de se extrair informação das fontes é necessário circunscrever e compreender a respetiva natureza. Estes objetivos foram atingidos na cadeira de *Fontes de Informação*, da responsabilidade do Dr. Pedro Estácio. Acresce que os documentos são sujeitos à usura do tempo e convém resguardá-los dos perigos dela decorrentes, antecipando problemas e criando soluções. A disciplina de *Conservação de Documentos*, ministrada pela Dra. Graça Amaral, abordou estes assuntos. Para além da natureza das fontes, o curso em análise procurou exercitar a *Descrição de Documentos*, disciplina lecionada pela Dra. Margarida Amaral. Esta tarefa, que constitui ao mesmo tempo uma metodologia, comparece como um suporte às atividades inerentes à indexação. A *Indexação*, disciplina da responsabilidade Dra. Helena Gil, foi portadora de uma vertente prática assinalável e apetecível. Acresce que foram realizadas diversas visitas de estudo no âmbito das cadeiras de *Tecnologias Informáticas Aplicadas à Documentação*, ministrada pelo Dr. Sobreda Antunes e *Sistemas e Tecnologias da Informação e Comunicação* – 1.º semestre, da responsabilidade do Dr. António Isidro e 2.º semestre, pelo Dr. Sobreda Antunes. Lucinda Ribeiro sempre se interessou, enquanto aprendiz de historiadora, pelo ineditismo e pela originalidade das fontes manuscritas. Todavia, o gosto pelos livros levou-a a frequentar e concluir o curso em análise, durante o qual, foram preciosas as informações recolhidas nas seguintes disciplinas: *História do Livro* e *Codicologia*, lecionadas pela Dra. Teresa Cardoso; *Teoria da Informação Bibliográfica*, da responsabilidade do Dr. Filipe Leal; *Legislação*

Aplicada às Ciências Documentais, ministrada pelos Drs. Ana Gaspar e Dr. Pedro Estácio; *Organização, Planeamento e Gestão Serviços de Informação*, lecionada pela Dra. Ana Inácio. Num determinado ponto do percurso da autora surgiu a oportunidade de frequentar o curso de mestrado em História e Educação, como já foi mencionado anteriormente.

O leitor destas linhas poder-se-á interrogar: porquê tal opção no decurso de um trajeto dedicado à História e Ciências da Educação?

A resposta é complexa, resultando de conjugação de vários fatores. O primeiro aspeto a ter em conta deriva da inexistência de um curso de mestrado em Ciências Documentais na Faculdade de Letras do Porto. O segundo coincide com a oportunidade aberta pela possibilidade de enveredar por um tema dedicado a bibliotecas escolares. A terceira circunstância a considerar prende-se com a vontade sentida por Lucinda Ribeiro de acrescentar carácter didático e pedagógico às funções de bibliotecária. Assim, no curso em vertente análise frequentou três cadeiras e um seminário. Na disciplina de *Problemáticas da História Contemporânea* aprofundou conhecimentos sobre vários momentos da história portuguesa dos séculos XIX e XX. Em *Métodos e Técnicas de Investigação*, como o próprio nome indica, pôde confrontar-se com metodologias quantitativas (inquéritos) e qualitativas (entrevistas), em Ciências Sociais. Na disciplina de *História da Educação* foram trabalhados diversos temas: a a legislação educativa, os currículos, os manuais e as práticas de ensino aprendizagem patentes em Oitocentos e Novecentos. O *Seminário de Orientação* foi direccionado para a temática que a autora pretendia vir a trabalhar ligada às bibliotecas escolares.

Em seguida, relaciona-se um momento específico do percurso profissional de Lucinda Ribeiro, portador de implicações académicas, relacionado com o trabalho efetuado pela autora na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

CAPÍTULO 3

***Análise do Catálogo Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Colecções da
Biblioteca Pública Municipal do Porto***

Capítulo 3

3.1. O trabalho realizado na Biblioteca Pública Municipal do Porto: contextualização pessoal do Catálogo

Conforme ficou claro no capítulo anterior, na parte relativa ao percurso profissional, Lucinda Ribeiro foi muito marcada pela experiência na BPMP (ver anexo 3: *curriculum vitae*), que a conduziu à realização partilhada do Catálogo que adiante se analisa.

Assim, no Serviço de Manuscritos e Reservados (unidade de livro antigo), em 2004, a autora participou na implementação de um programa interno de tratamento técnico documental e processamento bibliográfico de fundo antigo, dos séculos XVI e XVII. Lucinda Ribeiro inseriu-se neste projeto, uma vez que possui formação e experiência profissional na área do livro antigo, tendo realizado esta atividade na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, como se pode verificar nas suas notas biográficas. Devido à escassez de recursos humanos especializados no tratamento técnico documental de livro antigo eram só duas as bibliotecárias na BPMP devotadas a estas matérias: a autora e a Dra. Benilde Pinho, tendo como auxiliar Irene Linda, que se dedicava a colocar cotas e códigos de barras. Foi neste serviço e nesta equipa que a Lucinda se integrou, encontrando um grupo de colegas na sua maioria mais velhos, e, talvez por isso, extremamente reservados, fazendo-lhe sentir que passava a fazer parte de uma instituição possuidora de uma estrutura fortemente hierarquizada. O ambiente com o qual a autora se deparou detinha evidentes semelhanças com o universo *monástico* descrito por Umberto Eco, na sua obra *O nome da rosa*; o saber não é para ser divulgado, mas sim preservado. Os leitores eram frequentemente encarados como *intrusos* que se preparavam para *profanar* as obras.

Todavia, do ponto de vista técnico, o sistema informático da BPMP é o mesmo da Academia de Ciências de Lisboa – Porbase 5. O fundo antigo daquela instituição é muito vasto, contemplando livros impressos que datam de 1501 a cerca de 1800, editados em diversos países europeus. O critério usado para o tratamento bibliográfico pelo Chefe de Divisão, o Dr. Júlio Costa, foi o de dar prioridade às obras editadas em Portugal, independentemente dos séculos. Mais tarde, no colóquio realizado na BPMP, esta opção mereceu uma crítica do Professor Doutor José Adriano Freitas de Carvalho, especialista em História da Espiritualidade, da Faculdade de letras da Universidade do Porto, que entendia dever-se tratar o século XVI no seu conjunto, independentemente do local de impressão, dado que, alegadamente, só assim se compreenderia o mesmo na sua totalidade. O trabalho realizado

princípios pelo tratamento das obras editadas em Portugal em Quinhentos, dando origem ao *Catálogo das obras impressas em Portugal no Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, e às seguintes publicações e eventos: catálogo digital bilingue (em CD-ROM) catálogo impresso, exposição documental e colóquio, anteriormente referido, com edição das respetivas atas. Esta iniciativa materializou, no seu conjunto, uma participação ativa e empenhada da Biblioteca Pública Municipal do Porto no Projeto Patrimónia – Livro Antigo, promovido pela Biblioteca Nacional. De imediato passou-se ao tratamento das obras impressas em Portugal no século XVII, cujos registos rondavam já os 3 mil exemplares. O Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto patrocinou a publicação do respetivo catálogo, uma vez que os serviços de cultura da Câmara Municipal do Porto alegaram não possuir verba para esse efeito.

No entanto, depois de editado, o trabalho esteve exposto durante um longo período no site da Câmara Municipal do Porto. Na sequência e parcialmente a pretexto da publicação do catálogo, realizou-se também o já referido colóquio, intitulado: *Livros impressos e leituras em Portugal no século XVI*, que decorreu nos dias 5 e 6 de Maio de 2006, no Auditório da Biblioteca Pública Municipal do Porto, acompanhado de uma exposição das principais obras que constam do catálogo, que durou uns meses, na instituição cultural referida. No colóquio participaram vários organismos: a Biblioteca Pública Municipal do Porto, o Gabinete de Filosofia Medieval da Universidade do Porto, o Instituto de Estudos Ibéricos da Universidade do Porto, o Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto e o Instituto de História Moderna da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Neste encontro científico colaboraram vários investigadores, tanto a nível nacional como internacional. Os estudiosos frisaram bem a importância da recuperação da informação para os trabalhos de investigação. Por seu turno, a exposição foi visitada por um grande número de pessoas, que puderam contemplar exemplares com tantos anos de existência que, de outra forma, lhes seriam interditos. O realce do impacto despoletado pelo *Catálogo Tipografia Portuguesa do Séc. XVI* só pode ser devidamente apreciado se for descrito o processo de tratamento das obras subjacente à produção deste instrumento heurístico. Como já foi mencionado, optou-se por dividir o programa em dois eixos de intervenção. Deu-se prioridade às obras impressas em Portugal nos séculos XVI. O tratamento das tipografias editadas no estrangeiro ficou agendado para uma fase posterior. De salientar que existe uma considerável quantidade de obras editadas fora de Portugal publicadas nos séculos XVI, XVII e XVIII, com uma grande predominância para este último.

De imediato apresenta-se uma revisão bibliográfica, sumária e lacunar, incidente sobre a existência de catálogos e bibliografias publicados em Portugal. A listagem que se colocará em prática não pretende ser exaustiva e procura apenas destacar que o catálogo da *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto* não irrompeu de geração espontânea. Existem trabalhos anteriores, de outros autores e de diferentes instituições, de natureza similar.

3.2. Breve introdução ao inventário de Bibliografias, Catálogos e alguns estudos sobre livro antigo

O Breve inventário que a seguir se expõe deve ser sumariamente enquadrado, sublinhando-se algumas das linhas de força das quais é portador, sem ter a pretensão de enveredar por uma descrição diacrónica e circunstanciada das existências que a seguir se apontam. Tal desiderato extravasa claramente os limites deste trabalho. O inventário divide-se em duas partes: a primeira relativa a catálogos de impressos quinhentistas e a segunda dedicada a um quadro cronológico mais abrangente, abarcando catálogos e bibliografias sobre os séculos XVII e XVIII. No entanto, este segundo *andamento* é subsidiário face ao anterior. Quanto aos catálogos e bibliografias de temática quinhentista, repare-se que as respetivas entidades produtoras possuem carácter diverso. Existem catálogos e bibliografias resultantes de esforços pessoais e individuais, enquanto outros derivam de enquadramentos institucionais. No primeiro caso, cumpre destacar os trabalhos pioneiros de Diogo Barbosa Machado e Inocêncio Francisco da Silva, ambos possuidores de enorme erudição, construindo instrumentos heurísticos possuidores de grande riqueza informativa, que ainda hoje constituem obras de referência. Em 1926, António Joaquim Anselmo (nasceu em Borba em 1876 e faleceu em Lisboa volvidos 50 anos) deu à estampa a 1.^a edição da obra impressa *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI* (cfr. Lisboa, 1926). Este trabalho pode ser melhor entendido se devidamente enquadrado e contextualizado. Anteriormente, em 1919, o autor fora promovido a 1.º bibliotecário da Biblioteca Nacional (cfr. MOREIRA, 2013). No mesmo ano, o bibliografo referido publicou, na *Revista de História*, a obra *Bibliografia das Bibliografias Portuguesas*, que viria a marcar um estilo também presente na *Bibliografia das obras Impressas em Portugal no século XVI*, que mimetiza o esforço intelectual patente no trabalho de âmbito mais geral referido. No prólogo à compilação de 1919, António Joaquim Anselmo diz o seguinte: «Ao ordenar este pequeno trabalho a que demos o título de *Bibliografia das Bibliografias Portuguesas*, foi nosso intento fazer uma breve resenha das fontes da bibliografia nacional. São essas fontes os materiais cuja reunião se torna indispensável para elaboração da bibliografia nacional

completa que ainda falta, isto é, da bibliografia em que sejam compreendidos todos os trabalhos escritos por portugueses, em língua nacional ou estrangeira, sem distinção de obras impressas ou manuscritas, valiosas ou insignificantes. Os materiais para esta bibliografia terão de ser procurados não só nas bibliografias portuguesas propriamente ditas, impressas ou manuscritas, como também nos catálogos e inventários de bibliotecas e livrarias [...]» (MOREIRA, 2012, p. 761). Do exposto, resulta claro que, embora António Joaquim Anselmo não tenha encetado uma classificação ideográfica das bibliografias existentes, a realização de catálogos ou a consulta de instrumentos heurísticos afins estiveram sempre nos seus horizontes. Ruth Arons pronunciou-se, em 1953, sobre a *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, ressaltando a importância, mas também as insuficiências da obra em questão: «pareceu-me ser trabalho útil para os estudiosos a atualização deste livro que é ainda único no seu género, mas que, no entanto, se encontra já ultrapassado» (ARONS, 1953, p. 6).

Também é relevante a preservação patrimonial levada a cabo por D. Manuel II, no início do século XX, consubstanciando o respetivo interesse pela investigação histórica e bibliográfica.

Cândida Proença interrogou-se sobre a construção da biblioteca de D. Manuel, da qual fazem parte os livros antigos por ele compilados: «como formou D. Manuel a sua valiosíssima biblioteca? Aquando da sua permanência em Munique após o casamento, D. Manuel conheceu o prestigiado bibliófilo Maurice Ettinghausen, que trabalhava para o famoso antiquário Ludwig Rosenthal. Os primeiros contactos do rei português com o bibliófilo contribuíram para desenvolver o seu já afirmado interesse pelos livros antigos portugueses, em especial do período áureo dos Descobrimentos, séculos XV e XVI [...].

Entre 1919 e 1932 Maurice Ettinghausen passou muito tempo em busca dos livros que D. Manuel tanto desejava, não só em Portugal e Espanha mas também nos Estados Unidos, França, Holanda e Bélgica [...]. Teria sido Maurice Ettinghausen, ele próprio um erudito bibliógrafo, com um profundo conhecimento de livros antigos, quem sugeriu a D. Manuel que escrevesse e publicasse um catálogo dos seus livros portugueses [...].

Ao aceitar a sugestão, o rei exilado iniciava uma obra que lhe iria conferir um lugar de referência na História da Cultura Portuguesa, porque D. Manuel na sua obra monumental, não se limitou a meras descrições de técnica bibliográfica» (PROENÇA, 2006, pp. 213-214).

Enquanto bibliófilo, D. Manuel II não enjeitava o rigor científico, próprio da crítica histórica erudita, enquadrando os seus esforços numa perspetiva histórico-cultural, que lhe permitiu fundamentar uma interpretação da realidade portuguesa, por vezes um pouco *contaminada* pelo seu exaltado amor à pátria.

A comprovar a relevância do espólio de D. Manuel II, encontra-se no inventário que adiante se apresenta um trabalho de Francisco Leite de Faria (nascido em 1910), sugestivamente intitulado *A Valiosa Biblioteca de D. Manuel II* (FARIA, 1982).

Em 1932, Albino Forjaz de Sampaio publicou um catálogo com afinidades temáticas face a este relatório, intitulado *A Tipografia Portuguesa do Século XVI* (SAMPAIO, 1932).

A partir da segunda metade do século XX, o perfil dos estudiosos dedicados à construção de catálogos e de bibliografias sobre o *livro antigo* quinhentista modificou-se profundamente, dando resposta à escassez de trabalhos nessa área verificada à época de António Joaquim Anselmo. Os esforços intelectuais de José Vitorino de Pina Martins, presentes no inventário que se segue, são paradigmáticos da mudança ocorrida e exibem um rigor exegetico-filológico apreciável. Sobre este humanista pronunciou-se o estudioso Manuel Cadafaz de Matos: «Duas outras conhecidas vertentes de pesquisas desenvolvidas pelo Professor Doutor José V. de Pina Martins ao longo deste meio século [...] foram Humanismo e Cultura em Portugal nos séculos XV e XVI e os seus estudos sobre bibliografia material (de temática variada, mas centrados sobretudo no período da Época Moderna, com particular ênfase para o Renascimento).» (MATOS, 1998, p. 10).

José Vitorino de Pina Martins foi um insigne membro da Academia das Ciências de Lisboa. A Academia destaca-se no plano institucional na produção de catálogos sobre o século XVI, conforme se pode comprovar no inventário que se segue. Convém sublinhar que a Biblioteca Nacional, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, o Banco de Portugal, a Assembleia da República, Casa Pia de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra também desenvolveram trabalhos relevantes nesta área de estudo. Muito curioso, por versar um aspeto menos genérico e mais específico do livro antigo, é o trabalho realizado por Maria Otília Pereira Lage e José Manuel Pereira, em 2004, intitulado *Catálogo de Livro Antigo, Séc. XVI-XVIII: Coleções de Antigas Instituições de Ensino do Porto (Escola Normal e Institutos Industrial e Comercial)* (Porto: Instituto Politécnico do Porto, 2004).

No inventário que a seguir se apresenta, a existência de iniciativas institucionais é muito marcante e pode estar relacionada com as funções de preservação do património bibliográfico e cultural que cabem ao Estado desde meados do século XIX até aos nossos dias. Na atualidade, o governo necessita de dedicar maior atenção a este de tipo de catálogos e fomentar a respetiva realização.

3.3. Breve inventário de Bibliografias e Catálogos sobre livro antigo

Estado da Arte

Século XVI

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Livros quinhentistas espanhóis da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*; pref. José Vitorino de Pina Martins e Helena Gil Garcia. Lisboa: A.C., 1989.

Idem – *Livros quinhentistas portugueses da biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*; notas bibliográficas de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto; pref. por José Vitorino de Pina Martins, Lisboa: A.C., 1990.

ANSELMO, António Joaquim – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, BN, 1926.

BRASIL. Biblioteca Nacional – *Livros quinhentistas portugueses da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: BN, 1989.

CARVALHO, Joaquim de (compil.) – *Livros de D. Manuel II: manuscritos, incunábulos, edições quinhentistas, camoniana e de consulta bibliográfica*. Coimbra: Atlântica, 1950.

Catálogo das obras impressas no Século XV e XVI: colecção do Banco de Portugal. Lisboa: Banco de Portugal, 2000.

FARIA, Francisco Leite de – *Livros quinhentistas de autores vimaranences*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982.

Idem – *Livros impressos em Portugal no séc. XVI existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Coimbra: [s.n.], 1979.

Idem – *A valiosa biblioteca de D. Manuel II lembrada no cinquentenário da sua morte*. Lisboa: BN, 1982.

FERREIRA, Manuel – *Catálogo de uma preciosa biblioteca particular: especialmente constituída por raríssimas obras portuguesas e estrangeiras dos séculos XVI, XVII e XVIII*. Lisboa: Soares & Mendonça, 1976.

FEIO, Alberto – *Obras desconhecidas ou imperfeitamente descritas, impressas em Portugal no século XVI*. Braga: Biblioteca Pública, 1995.

GUSMÃO, Armando – *Livros impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*. Évora: Junta Distrital, 1962.

HORCH, Rosemarie Erika – *Livros quinhentistas portugueses existentes no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Brasil*. Coimbra: [s.n.], 1979.

LAGE, Maria Otília Pereira; PEREIRA, José Manuel – *Catálogo de livro antigo, séc. XVI-XVIII: colecções de antigas instituições de ensino do Porto* (Escola Normal e Institutos Industrial e Comercial). Porto: Instituto Politécnico do Porto, 2004.

LAVOURA, Maria Emília – *Obras de tipografia quinhentista portuguesa na Biblioteca Nacional de Paris*. In separata de revista Biblioteca Nacional, 1-2, p. 303-304. Lisboa: BN, 1983.

MARTINS, José Vitorino de Pina – *Livros quinhentistas sobre o amor*. [Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969].

Idem – *Vinte e dois livros quinhentistas editados em 77 Anos, 1516-1593*. Lisboa: Livr. Olisipo, 1985.

MANUEL II, Rei de Portugal – *Livros antigos impressos da biblioteca de Sua Magestade Fidelíssima: 1489-1600*. Londres: Maggs Bros, 1929-1935.

MATOS, Manuel Cadafaz de – *129 trabalhos científicos de um grande investigador: José Vitorino de Pina Martins: Catálogo de Exposição Bibliográfica*. Braga: Barbosa & Xavier, 1995.

Idem – *Catálogo da edição disponível sobre os descobrimentos portugueses: subsídios*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1994.

PACHECO, José – *A divina arte negra e o livro português: séculos XV e XVI*. Lisboa: Veja, 1988.

PORTUGAL, Biblioteca Nacional – *Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI: a colecção da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 1990.

Idem – *O livro científico dos séculos XV e XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2004.

Idem – *Tipografia espanhola do século XVI: a colecção da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2001.

Idem – *Livros quinhentistas espanhóis na Biblioteca Nacional*. [Lisboa]: BN, 2001.

RODRIGUES, Martinho Vicente; CÓIAS, Serafim dos Anjos Grasina – *Livros quinhentistas da Biblioteca Municipal de Santarém*. 1.^a ed. Santarém: Câmara Municipal, 1993.

SAMPAIO, Albino Forjaz de – *A tipografia portuguesa do século XVI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Lisboa – *Catálogo das obras impressas dos séculos XV e XVI: a colecção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: SCML, 1992.

SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

SIMÕES, Maria Alzira Proença – *Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1990.

Tipografia portuguesa do séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto: Pelouro da Cultura e Turismo, Direcção Municipal de Cultura, 2006.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Geral – *Catálogo dos reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: BGUC, 1970.

VELLOSO, Júlio Caio – *Catálogo das obras impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII: a colecção da Faculdade de Direito de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2003.

GERAL (Séculos: XVI, XVII e XVIII)

ARONS, Ruth – *Uma tentativa de bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI e alguns problemas por ela levantados*. Lisboa: [s.n.], 1953.

AROUCA, João Frederico de Gusmão Correia – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*. 1.^a ed. Lisboa: BN, 2001.

CARVALHO, Artur Humberto da Silva – *Catálogo das obras do século XV pertencentes à Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Imprensa Civilização, 1897.

Catálogo das obras impressas em Portugal nos Séculos XVII e XVIII: colecção do Banco de Portugal. Lisboa: Banco de Portugal, 2005.

Catálogo do livro antigo da Biblioteca Municipal Florbela Espanca: 1501-1800. Matosinhos: Câmara Municipal, [1999].

Catálogo das obras dos séculos XV-XVI-XVII. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 1951.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia – *A biblioteca de Jorge Cardoso (1669), autor do Agiológio Lusitano: cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

FONSECA, Martinho da – *Aditamentos ao dicionário bibliográfico português de Inocêncio Francisco da Silva*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila – *Bibliografia das obras impressas em Portugal pelo tipógrafo Jorge Rodrigues entre 1598-1642*. 2.^a ed. rev. e ampl. Recife: UFPE, 2009.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana*. Coimbra: Atlântida, 1965-1967.

MATOS, Ricardo Pinto de – *Manual bibliographico portuguez de livros raros e curiosos*; pref. e rev. por Camilo Castelo Branco. Porto: Livraria Portuense, 1970.

MORUJÃO, Isabel – *Contributo para uma bibliografia cronológica da literatura monástica feminina portuguesa dos séculos XVII e XVIII: impressos*. Lisboa: Universidade Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa, 1995.

O livro antigo na Biblioteca Central da FLUP: catálogo. Porto: UP. Faculdade de Letras. Biblioteca Central, 2012.

PEREIRA, Belmiro Fernandes – *Livros raros na Biblioteca Municipal de Aveiro*. Coimbra. Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. Instituto de Estudos Clássicos, 1990.

PORTO. Real Biblioteca Pública Municipal do Porto – *Catálogo da real bibliotheca pública do Porto: obras impressas*. Porto: Typ. Manuel José Pereira, 1868-1889.

PORTUGAL. Assembleia da República. Biblioteca – *Catálogo das obras impressas nos séculos XV a XVIII: a colecção da biblioteca da Assembleia da República*; coord. e introd. José Luís Martins Tomé. Lisboa: Divisão de Edições da Ar, 2005. 3 vols.

PORTUGAL. Casa Pia de Lisboa. Centro Cutural Casapiano – *Impressões de um tempo, séculos XVI a XVIII: catálogo do livro antigo da biblioteca César da Silva*; coord. Ana Celeste Silva [et al]. Lisboa: C.C.C., [2004].

PORTUGAL. Ministério da Defesa. Biblioteca Central da Marinha – *Catálogos das obras da Biblioteca da Marinha: sécs XV a XX*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2004.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Lisboa – *Catálogo das obras impressas no século XVII: a colecção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: SCML, 1994.

Idem – *Catálogo das obras impressas no século XVIII: a colecção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: SCML, 1999. 2 vols.

UNIVERSIDADE DE LISBOA. Faculdade de Direito – *Catálogo das obras impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII: a colecção da Faculdade de Direito de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Direito, 2003.

UNIVERSIDADE DO PORTO – *Catálogo da exposição de livros antigos: fundos antigos da Faculdade de Ciências e Faculdade de Medicina*. Porto: UP, 1987.

Idem – Faculdade de Letras – *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal: 1501-1700*. Porto: UP. Faculdade de Letras. Instituto de Cultura Portuguesa, 1987.

O inventário exposto constitui um elemento para a compreensão do estado da arte relativo a bibliografias e catálogos de livro antigo. Importa encetar um esforço de síntese, também breve e lacunar, incidente sobre os estudos académicos relativos ao livro antigo

3.4. Listagem de alguns estudos sobre o livro antigo (precedida de uma breve introdução)

Em Finais do século XIX, Brito Aranha, um dos pioneiros da História da Imprensa em Portugal, desenvolveu um estudo no qual patenteia toda a sua bibliofilia, enveredando por um esforço descritivo, de caráter erudito, intitulado *A imprensa em Portugal nos séculos XV e XVI: as colecções de el-rei D. Manuel*. No ano de 1921, António Baião debruçou-se sobre a *Inquisição em Portugal e no Brasil: subsídios para a sua História*. Em 1924, Francisco de Sousa Viterbo também apresentou um estudo essencialmente informativo, eximindo-se a evidenciar um aparato crítico minimamente sustentado. O seu trabalho intitula-se *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI: apontamentos para a sua História* e pode ter imensa relevância se for concretizado futuramente um itinerário que conduza a um ainda mais alargado e aturado estudo sobre o catálogo da *Tipografia portuguesa do séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Tanto o investimento intelectual de Brito Aranha como o labor afim de Francisco de Sousa Viterbo e ainda de António Baião parecem inscrever-se numa fase pré ou proto-científica da historiografia incidente sobre o livro antigo.

A partir da segunda metade do século XX, a exemplo do que acontecera relativamente aos catálogos e bibliografias anteriormente inventariados, os estudos académicos que escolheram impressos quinhentistas como objeto patenteiam um profissionalismo mais vincado e uma rigorosa crítica de fontes. Os trabalhos de Justino Mendes de Almeida, José Vitorino de Pina Martins (brevemente referido no subcapítulo 3.2 deste trabalho, a propósito de catálogos e bibliografias) e Artur Anselmo exibem uma cuidada exegese de teor filológico, aprofundando temáticas de cariz literário e cunho humanístico. No mesmo sentido, são relevantes os estudos de Jorge Alves Osório, importantes para a História da Literatura e da Cultura.

No âmbito da história *tout court* cumpre destacar os estudos muito diferentes de Jorge Borges de Macedo, Manuel Cadafaz de Matos e João José Alves Dias. Enquanto o primeiro se debruça sobre os *Livros impressos em Portugal no século XVI*, procurando salvaguardar os respetivos *interesses e formas de mentalidade*, numa perspetiva essencialmente panorâmica, pedagógico-didática e patrimonial, o segundo e o terceiro historiadores parecem mais preocupados em pôr em prática um rigor crítico, exegetico-filológico, incidente essencialmente sobre fontes primárias, cujas proveniências e autenticidade são averiguadas exaustivamente. Este perfil maioritário não desviou Alves Dias de intuítos relacionados com a preservação do livro antigo e a História da Cultura, detendo-se, numa das suas obras, sobre a *Iniciação à bibliofilia*, incentivando-a e promovendo-a. No que respeita à História da Espiritualidade, convém evidenciar o pioneirismo e o extenso labor de José Adriano Freitas

de Carvalho, que alia o rigor histórico-crítico a uma hermenêutica dos textos literários, patenteando aprofundados conhecimentos de caráter teológico.

O trabalho de João Francisco Marques possui características semelhantes, detendo-se sobre a parenética e a hagiologia. No que tange às dissertações de mestrado, convém sublinhar, entre outras, a investigação de Paula Pereira, sugestivamente intitulada *O Livro antigo: aspectos materiais e artísticos*, obra publicada em 2004 e que parece constituir um esforço pioneiro, incidente sobre a temática escolhida, ao nível das teses académicas. No mesmo ano, surgiu a tese de mestrado de José Jorge David de Freitas Gonçalves intitulado: *Em torno dos impressores de nome de Manuel de Carvalho: notas para o estudo da tipografia no século XVII*. Em 2006, Ana Catarina Fonseca concluiu a sua dissertação de mestrado, intitulada *O censor literário na Época Moderna: o perfil do revedor de livros ao serviço do Santo Ofício (1580-1640)*. No que respeita a obras de referência é impossível ignorar o trabalho inovador, minucioso e exaustivo de Maria da Graça Pericão e Isabel Faria, que desenvolveram um instrumento de consulta erudito, bem organizado e preñado de uma orientação teórico-crítica. Trata-se do *Novo dicionário do livro da escrita ao multimédia*, obra que colmata uma lacuna verificada em trabalhos afins.

Fora do âmbito estritamente académico, cumpre sublinhar a dedicação e labor de editor Fernando Guedes, que publicou em 1968 a obra intitulada *O livro como Tema: História Cultura e Indústria*, aproveitando a sua experiência profissional e os conhecimentos nela adquiridos, não se limitando a tratar tematicamente a edição de livros, relacionado-a com a respetiva História e cultura.

Em seguida, apresenta-se uma listagem dos estudos acerca do livro antigo incidentes sobre o século XVI

ALMEIDA, Justino Mendes de – *Fidelino de Figueiredo: a épica portuguesa no século XVI*. Coimbra: [Coimbra Ed.], 1950.

ANSELMO, Artur – *Camões e a censura editorial*. Braga: Barbosa & Xavier, Lda Editores, 1982.

Idem – *História da edição em Portugal*. Porto: Lello & Irmão, 1991.

Idem – *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito – *A imprensa em Portugal nos séculos XV e XVI: as Ordenações d’el-Rei D. Manuel*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

BAIÃO, António – *A Inquisição em Portugal e no Brasil: subsídios para a sua História*, Lisboa: Arquivo Histórico Português, 1921.

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latin*. Lisboa, 1712-1728.

CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Das edições de S. Boaventura em Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII: semântica de uma influência na História da Espiritualidade portuguesa*. In separata de Archivo Ibero-Americano, t.XLVII, 1987, nº 185-188, pp. 131-159. [s.l.:s.n.], 1987.

Idem – *Erudição e espiritualidade no século XVI em Portugal: nótila da imagem da vida Cristã de Fr. Heitor Pinto*. In separata do volume O Humanismo Português (1500-1600) – Primeiro Simpósio Nacional, pp. 653-681. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1988.

Idem – *Gertrudes de Helfta e Espanha: contribuição para o estudo da História da Espiritualidade peninsular nos séculos XVI e XVII*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. Tese de Doutoramento em História (Policopiada).

Idem – *Lectura espiritual en la Península Ibérica (siglos XVI-XVII): programas, recomendaciones, lectores, tiempos y lugares*. Salamanca: Semyr, 2007.

Idem – *Os Estudos bibliográficos sobre a Literatura e a História da Espiritualidade em Portugal*. Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989.

CRUZ, Manuel Braga da – *Um “Camões” em Braga no século XVI*. [Braga]: Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, [1981].

CUNHA, Margarida – *Como se vestem os livros: as encadernações portuguesas*. Lisboa: BN, 1999

DESLANDES, Venâncio – *Documentos para a História da typografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa, 1898.

DIAS, João José Alves – *Iniciação à bibliofilia*. Lisboa: Associação de Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas.

Idem – *Craesbeeck: uma dinastia de impressores: elementos para o seu estudo*. Lisboa: Associação de Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996.

Idem – *A primeira impressão das Ordenações Manuelinas, por Valentim Fernandes*. Lisboa: Colibri, 1995.

FARIA, Isabel; PERICÃO, Maria da Graça; SANTOS, Maria Lucinda Tavares dos – *Livro antigo: Museu de Aveiro*. Aveiro: Museu, 1999.

FEIO, Alberto – *Obras desconhecidas ou imperfeitamente descritas, impressas em Portugal no século XVI*. Braga: Biblioteca Pública, 1995.

FONSECA, Ana Catarina Lopes da – *O censor literário na Época Moderna: o perfil do revedor de livros ao serviço do Santo Ofício (1580-1640)*. Lisboa: [s.n.], 2006. Tese de Mestrado (Policopiada).

GONÇALVES, José Jorge David de Freitas – *Em torno dos impressores de nome de Manuel de Carvalho: notas para o estudo da Tipografia no século XVII*. Lisboa: [s.n.], 2004. Tese de Mestrado (Policopiada).

GUEDES, Fernando – *O livro como tema; história, cultura, indústria*. Lisboa: Verbo, 1968.

LIMA, Matias – *A encadernação em Portugal: subsídios para a sua história*. Gaia: Edições Pátria, 1933.

MARQUES, João – *O livro religioso, em particular do âmbito da parenética e hagiologia do século XVI da Biblioteca Pública do Porto*. In separata de Revista de História, 3.^a série, vol. 11, 2010, pp. 293-303. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2010.

Idem – *A palavra e o livro: o livro religioso*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

MARTINS, José Vitorino de Pina – *O livro português no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: [s.n.], 1970.

Idem – *Catálogo da exposição bibliográfica, econográfica e medalhística de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1972.

MACEDO, Jorge Borges de – *Livros impressos em Portugal no século XVI: interesse e formas de mentalidade*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Subsídios para mais completa investigação da bibliografia do século XVI*. In Boletim Internacional Luso-Brasileira. Lisboa: [s.n.], 1961.

MARQUES, Armando de Jesus – *Livros do século XVI de autores ou prelos portugueses existentes na Real Biblioteca de el Escorial*. [s.l.: s.n., s.d.].

MARQUES, José – *Bibliografia mariana portuguesa do século XVI*. Saragoça: [s.n.], 1979.

MARTINS, Isaltina das Dores Figueiredo – *Bibliografia do humanismo em Portugal no século XVI*. 1.^a ed. Coimbra: Inst. Nacional de Investigação Científica, 1986.

O Livro impresso e o manuscrito coexistem: o surto do livro impresso. Lisboa: Inapa, 1992.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.

Idem – *Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 1995. Tese de Mestrado (Policopiada).

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan; VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (ed. lit.) – *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*. Coimbra: Almedina, 2008.

MATOS, Manuel Cadafaz – *A tipografia portuguesa e a iconografia do livro europeu na fase áurea da Expansão: 1480-1563*. In separata do Colóquio Comemorativo do IV Centenário da Morte de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, pp. 63-98. [Coimbra: s.n.], 1992.

Idem – *A obra de Frei Bartolomeu dos Mártires numa óptica bibliográfica, no Portugal europeu e no Oriente: 1564-1596*. [Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1991?].

Idem – *O caixotim, o carater móvel e a prensa ao serviço da Bíblia: um século áureo da cultura tipográfica de Lisboa ao padroado português do Oriente: 1495-1595*. In separata da Revista da Faculdade de Letras, n.º 13-14, 5.ª série, 1990, pp. 280-302. Lisboa: Universidade, 1990,

Idem – *A tipografia de expressão cultural portuguesa no Oriente nos séculos XVII e XVIII: Índia, China e Japão*. Lisboa: [s.n.], 1990. Tese de Mestrado (Policopiado).

Idem – *Para uma história da imprensa e da censura em Portugal nos séculos XIV e XVI*. In separata do boletim do arquivo da Universidade de Coimbra, vol. VIII, 1.ª parte, pp. 259-285. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1986.

OSÓRIO, Jorge Alves – *Sobre a organização do livro I da compilação das obras de Gil Vicente: 1562*. In separata de Máthesis, 4, 1995, pp. 35-48. Viseu: Universidade Católica, Faculdade de Letras, 1995.

Idem – *Algumas considerações sobre a Crónica do Imperador Clarimundo*. In separata da Faculdade de Letras, n.ºs 13-14, 5.ª série, 1990, pp. 145-155. Porto: Faculdade de Letras, 1990.

Idem – *Os primeiros textos em latim de propaganda da expansão portuguesa: séculos XV-XVI*. In separata do 4.º vol. das Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época, Porto, 1989, pp. 533-545. Porto: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1989.

Idem – *Anotações sobre o Cancioneiro Geral de Resende*. In separata de Máthesis, vol. 15, 2006, pp. 169-195. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, Departamento de Letras, 2006.

Idem – *A compilação de 1562 e a fase manuelina de Gil Vicente*. In separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II série, vol. XIX, pp. 211-233. Porto, 2002.

PEREIRA, João Figueiredo; FERREIRA, José Vicente – *O valor do livro antigo em Portugal*; pref. José João Alves Dias. Lisboa: Suporgest, 2006.

PEREIRA, Paula Alexandra Costa Leite Pinto – *O livro antigo: aspectos materiais e artísticos*. Lisboa: [s.n.], 2004. Tese de Mestrado (Policopiada).

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *A propósito do V centenário do livro impresso em Portugal: 1487-1987: actas: colóquio sobre o livro antigo*; org. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Livro Impresso em Portugal. Lisboa: BN, 1992.

Idem – *Timor do século XVI ao século XX: no Ano do IV centenário de Camões de 10 a 30 de Maio*. Lisboa: BN, 1980.

Idem – *Macau: letras e artes do século XVI ao século XX*. Lisboa: BN, 1979.

PORTUGAL. Rei, 1495-1521 – *Ordenações Manuelinas*; pref. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2002.

SAMPAIO, Albino Forjaz de – *A tipografia portuguesa do século XVI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932.

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA. Departamento de línguas, literaturas e tradução – *Catálogo da exposição de trabalhos de estudos camonianos*; pref. Justino Mendes de Almeida. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2000.

UNIVERSIDADE DO PORTO. Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*; dir. José Adriano de Carvalho. Porto: C.I.H.E; Instituto de Cultura Portuguesa, 1998.

De imediato apresenta-se algumas definições, mormente as de *Património Bibliográfico e fundo antigo*, fundamentais para entender os catálogos inventariados e, no caso vertente, o instrumento heurístico intitulado *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*.

3.5. Definições biblioteconómicas indispensáveis para a construção de Catálogos sobre livro antigo

A compreensão do catálogo que a seguir se realiza, no plano técnico, não dispensa a definição de *património bibliográfico* e fundo antigo, seguida de uma breve panorâmica do livro impresso no século XVI, realizada por José Meirinhos na introdução ao instrumento heurístico em análise: *Tipografia Portuguesa no Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Este catálogo procura ter em conta a riqueza derivada do conceito e da realidade do *património bibliográfico*, entendendo ambos como expressões das tradições culturais, dos hábitos, usos e costumes, mas também enquanto resultados dinâmicos de processos que concitam dimensões materiais, simbólicas, políticas, económicas e culturais. Uma das autoras do instrumento heurístico em análise, Lucinda Ribeiro, afasta-se de uma visão puramente custodial do *património bibliográfico*, desviando-se dos perigos inerentes a certo *paternalismo romântico*. Por outro lado, nos dias de hoje, o *património bibliográfico* tem vindo a ser trabalhado tendo em vista questões de natureza jurídica, envolvendo problemas complexos que não cumpre tratar nesta ocasião, dado que ultrapassam o âmbito deste relatório e as competências de Lucinda Ribeiro. Para José Luís Herrera Morillas, o *património bibliográfico* concita um conceito e uma realidade mais amplos do que o *fundo antigo* ou o *livro antigo*, possuindo um forte substrato jurídico. «Después del análisis del concepto de patrimonio bibliográfico podemos decir que es un concepto ligado a los textos legislativos y que se refiere a una realidad mayor que la que abarca el libro antiguo. Para Pedraza Garcia, el concepto de patrimonio bibliográfico se trata de um concepto *fundamentalmente jurídico, que acentua más la protección y custodia que el uso y difusión. Pero en el parecer de muchos, esta perspectiva confiere al libro antiguo la propiedad de* passar a formar parte del tesoro común de un Pueblo que integra lo que a esse Pueblo le há interessado y lo que

há producido intelectualmente; también, en efecto, lo que los antecesores consideraron de suficiente importância como para plasmarlo en libro. Es, por tanto, el eje vertebral de la herencia intelectual (científica, literária, artística y ideológica) de una comunidad. El libro antiguo se identifica más com el concepto de fundo antiguo, que passamos a comentar» (MORILLAS, 2003, p. 37).

O Catálogo que a seguir se analisa tem por base um *fundo antigo* mais vasto, ao qual pertence, e do qual os impressos tratados fazem parte: «Con la expresión *fondo antiguo* se suele aludir a la colección de una biblioteca formada por manuscritos, incunables e impressos fechados hasta 1800» (*idem, ibidem*, p. 37). Conforme foi postulado no *currículum comentado*, a autora deste relatório concorda com esta definição e a periodização inerente, considerando que a designação é a mais apropiada para agrupar o conjunto de materiais utilizados como testemunhos do devir e construção da cultura da humanidade. Esta perspectiva filia-se nas abordagens de Idalia Garcia e Miguel Angel Rendón, cujas ideias são resumidas por José Luís Garcia Morillas, que sublinha a existência de três tipos de valor associados aos objetos culturais do fundo antigo: «La valoración cultural que se le asigna a estos objetos se sustenta en três tipos de valores: el valor histórico, el valor estético y el valor del conocimiento: el valor histórico se materializa en los objetos como en la conformación de esse fondo, de forma que son testigos y agentes de la historia de la humanidad; – La valoración de los objetos del fondo antiguo también se basa en las características estéticas que encierran esos objetos, como son la encuadernación, la ilustración e incluso la composición de la caja de texto. Estas características valoradas nos hablan de una herencia del espíritu humano objectivado en sus creaciones estéticas, que deben ser conservadas e conocidas por las generaciones siguientes como parte integrante de su patrimonio cultural; – El valor desde el punto de vista de las ideas que comunican, es decir, los objetos (...) también son un vehiculo para la transmisión de conocimiento [...]» (MORILLAS, p. 38). Efetuada esta contextualização histórica, encontra-se a autora em condições de analisar sob o prisma biblioteconómico o catálogo *Tipografia portuguesa no séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*.

3.6. Breve panorâmica do objeto do catálogo *Tipografia portuguesa do séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*: os impressos reunidos

Convém precisar brevemente o conceito de livro antigo, abordando-o de modo mais concreto. Trata-se da designação usada para os documentos impressos publicados entre 1501 a 1800, podendo a periodização respetiva estender-se até 1830, segundo o serviço de catalogação do SDI (Disseminação Seletiva da Informação), que procede à orientação na normalização dos trabalhos técnicos, científicos e académicos para as publicações das faculdades. Os primeiros livros impressos, desde a invenção da imprensa (cerca de 1438, impondo-se por volta de 1445, com a *Bíblia* 42 linhas, por Johannes Gutemberg, até 1500, inclusive) são designados

Incunábulos. A sua origem deriva da expressão latina *in cuna*, ou seja, *no berço*, referindo-se assim ao berço da tipografia. Os incunábulos foram os primeiros livros impressos e imitavam o livro manuscrito, possuindo as mesmas características, isto é, ausência de página de título, na maior parte dos casos, iniciando-se o texto a duas colunas; os dados relativos ao pé de imprensa encontram-se geralmente no cólofon. Normalmente são foliados ou não existe qualquer numeração. O texto, no geral, exhibe muitas abreviaturas, e contém, por vezes, letras iniciais ornamentadas à mão, ou em espaço branco para isso destinado. A imprensa de tipos móveis foi introduzida em Portugal em 1487 com a impressão do *Pentateuco*, em Faro, por Samuel Gacon, em hebraico. Durante muito tempo pensou-se que a tradução portuguesa da *Vita Christi*, impressa em Lisboa, a mandado da Rainha D. Leonor, em 1495, aos impressores de sua casa, Valentim Fernandes de Morávia e Nicolau de Saxónia, fosse o primeiro livro impresso em língua portuguesa, mas, segundo Artur Anselmo, na sua obra *Origens da Imprensa em Portugal* (1981), o que há de conhecimento seguro até à atualidade é que o primeiro incunábulo em língua portuguesa é o *Sacramental*, de Clemente Sanchez de Vercial, impresso em local e impressor desconhecidos, sem data, mas ao qual Inocêncio (Inocêncio Francisco da Silva) atribui a de 1488. Este exemplar pertence à Biblioteca Nacional do Brasil. O *Tratado de Confissom*, dado à estampa em Chaves, por impressor anónimo, em 1489, é o segundo livro impresso em Portugal em língua portuguesa. De salientar que os incunábulos mais antigos também se designam por Paleótipos. Demorou-se cerca de 50 anos para que o livro impresso passasse a ter as suas próprias características, abandonando paulatinamente as do livro manuscrito.

O livro impresso no século XVI, que constitui o objeto primordial do catálogo em vertente análise, patenteia uma crescente autonomização face aos seus congéneres quatrocentistas. Nestes, era evidente uma certa continuidade relativamente ao manuscrito gótico, conforme notou José Meirinhos no estudo que efetuou para o instrumento heurístico em consideração. Este investigador da área da Filosofia apresentou uma breve resenha na qual traçou uma panorâmica dos *Editores, livros e leitores em Portugal no século XVI*, tendo como principal objetivo demonstrar que as espécies da colecção da Biblioteca Pública Municipal do Porto pertencem a esse universo histórico e sócio-cultural (cfr. MEIRINHOS, 2006, p. 17).

Até 1500 foram impressos trinta títulos em Portugal. A atividade de tipógrafos estrangeiros no século XVI era uma realidade que prolongou no tempo as práticas quatrocentistas. Entre os exemplos Quinhentistas contam-se Valentim Fernandes de Morávia, Hermão de Campos, Germão Galharde, Pedro Craesbeeck, João Pedro de Cremona. Nenhum tipógrafo possuía mais do que uma prensa, ao contrário do que acontecia noutros países europeus. Na colecção da Biblioteca Pública do

Porto existem 427 títulos pertencentes à Tipografia Portuguesa do século XVI. Os anos de impressão mais produtivos de todo o século presentes no catálogo são os 1564, 1565, 1588, 1591 (*idem*, *ibidem*, p. 21). Apresentado este sucinto contexto histórico das origens da tipografia portuguesa, analisa-se, de imediato, o catálogo *Tipografia portuguesa do séc. XVI*.

3.7. Tratamento documental na realização do Catálogo: procedimentos metodológicos

Antes de se iniciar qualquer tarefa neste âmbito de tratamento documental deve efetuar-se uma pesquisa minuciosa do que existe, seja em catálogos impressos ou digitais. Foi este o método usado pela autora. Todas as espécies do catálogo foram manuseadas, recorrendo ao exame direto de cada exemplar. A descrição bibliográfica foi realizada de acordo com as normas da ISBD(A) - *Descrição bibliográfica internacional normalizada das monografias antigas*. A estrutura informatizada do registo bibliográfico obedeceu ao formato *Unimarc*. Os campos 140 e 141 não podem ser preenchidos (salvo eventuais atualizações recentes desconhecidas pela autora), dado que não constam da última edição impressa do Manual *Unimarc* em língua portuguesa e não foram ainda transpostos para o sistema de gestão documental Porbase 5, versão 1.5, utilizado na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Perante cada exemplar observado, e se o mesmo já tivesse sido tratado, Lucinda Ribeiro e Dra. Benilde Pinho adaptaram a informação necessária ao registo do exemplar em causa, o que permitiu uma maior produtividade.

Procedeu-se a uma catalogação detalhada, pormenorizada, tendo em conta dados bibliográficos principais, tais como: título, menção de responsabilidade, data e local de publicação, edição, comportando igualmente informações bibliográficas suplementares com referências a aspetos particulares da obra (raridade, valor, estado de conservação, encadernação e suas características detalhadas, desde tipo de pele ou outro material, lombada, tipo de corte e respetiva cor, presença ou ausência de fechos, atilhos ou vestígios dos mesmos). As licenças geralmente mencionadas na folha de rosto eram concedidas por entidades civis ou religiosas para publicar os textos, e o privilégio real consistia numa autorização dada pelo monarca ao autor, editor ou impressor para que durante um determinado período de tempo usufruísse do exclusivo da publicação de uma obra. No nosso país, o primeiro a obter privilégio régio foi o impressor Valentim Fernandes em 1502, segundo Isabel Faria e Graça Pericão no *Dicionário do livro: da escrita ao livro multimédia* (cfr. 1999). Este benefício destinava-se a proteger impressores e editores dos seus concorrentes, evitando a contrafação e penalizando os infratores com pesadas multas em dinheiro, perda dos

volumes, moldes e instrumentos de impressão. Convém assinalar que as obras consideradas possuíam outros elementos não negligenciáveis no seu tratamento técnico, alguns deles patentes na folha de rosto: o patrocinador; a dedicatória, na qual o autor oferece o produto do seu trabalho a altas individualidades régias, nobres ou eclesiásticas e ainda a um amigo como sinal de estima e gratidão, ou de agradecimento pelo mecenato. Os escritores protegidos por reis ou grandes senhores deviam testemunhar publicamente os seus sentimentos em recompensa do benefício ou favor recebido.

Quase todos os exemplares compulsados e catalogados ostentam a marca dos seus antigos possuidores. É da maior importância fazer este registo, de forma a entender por onde o livro circulou e por que mãos. O *ex-libris* é uma expressão latina que significa *livros de*, servindo para designar toda a menção de posse. Pode ser manuscrito e figurar em qualquer lugar da obra. No caso de se apresentar sob a forma de vinheta, esta era geralmente gravada ou impressa em papel, que mencionava o nome completo ou abreviado de uma ou mais pessoas, ou mesmo de uma instituição, sendo passível de comportar um desenho, divisa ou legenda. A vinheta era geralmente colada na parte interior da encadernação de um livro ou numa das guardas. Na folha de rosto de quase todos os exemplares, como se pode ver pelas gravuras do catálogo, podia existir um brasão real, ou um monograma de alguma instituição religiosa. Todos estes pormenores foram tecnicamente descritos neste instrumento heurístico com minúcia.

Esta opção editorial procurou abarcar a riqueza e diversidade do livro antigo impresso no Portugal de Quinhentos, cuja relevância convém preservar e sublinhar. A título de exemplo do que acaba de ser dito, verifica-se também a existência de algumas folhas de rosto com duas cores: vermelho e negro. O início do texto de algumas obras evidenciava a presença de capitulares, isto é, letras maiúsculas especialmente ornamentadas e de grandes dimensões, utilizadas no princípio da primeira palavra de um capítulo, reportando-se geralmente a motivos fitomórficos ou zoomórficos. Em certas situações, o conteúdo das obras era disposto em duas colunas, incluindo notas impressas nas margens. Foram catalogados muitos exemplares cujo texto se encontrava sublinhado e possuindo notas manuscritas nas margens. Verificou-se a existência, em alguns impressos, de mutilações provocadas pela Censura, que queimava e rasgava linhas de texto que considerasse perniciosas. As assinaturas constituíam outra característica forte do livro antigo, tendo sido todas registadas. Estão colocadas na parte inferior da primeira página de cada caderno, à direita ou à esquerda, ou apenas na primeira folha e tinham como finalidade servir de indicação ao encadernador para a ordem a seguir nos cadernos a serem cozidos; usavam-se letras por ordem alfabética para indicar as assinaturas e,

se o livro era mais volumoso, e tinha mais cadernos do que as letras do alfabeto, empregavam-se maiúsculas e minúsculas ou repetiam-se as letras em duplicado ou triplicado. No livro antigo, as assinaturas ajudavam a determinar o formato real. No in-fólio as vergaturas (fios longitudinais separados por curta distância e cruzavam com os pontusais) são horizontais, os pontusais (linhas claras e espaçadas que aparecem à transparência no papel manual e cortam perpendicularmente as vergaturas), são verticais e a filigrana situa-se a meio da folha. No in-quarto, as vergaturas apresentam-se na vertical, os pontusais na horizontal e a filigrana comparece no festo, isto é, parte do caderno onde as folhas do livro estão cosidas, na margem interior. No in-oitavo, as vergaturas são horizontais, os pontusais verticais e a filigrana surge na dobra da cabeça da folha. Em termos tipográficos, o formato é a altura e a largura da folha de imprensa e por isso tem relação com a configuração das folhas dos fabricantes de papel, que o medem em altura e largura da folha impressa após ter sido dobrada na forma de cadernos; o formato reconhece-se pelas assinaturas; se a folha for dobrada em dois é in-fólio, em quatro, in-quarto e em oito, in-oitavo. Estes são os mais frequentes, embora existam também muitos in-12, in-14, in-16 e in-18, chamados livros de bolso, como se pode ver pelo livro de horas.

Quando um livro não está datado, pode determinar-se uma data aproximada através da marca de água: a filigrana. A primeira marca de água apareceu cerca de 1282 e tinha forma de cruz. Desde essa época, os papéis sem marcas de água são raros. Estas, quando existem, apresentam desenhos muito variados: escudos, emblemas heráldicos, castelos, figuras mitológicas, monogramas, instrumentos musicais, entre outros objetos diversos. Uma outra forma de datação aproximada das obras consiste na presença da marca do impressor, que é caracterizada pela existência de um sinal convencional, número, monograma ou vinheta gravados, que o impressor ou livreiro adopta como marca comercial, imprimindo-a no livro, na folha de rosto ou no *colófon*. Este está situado no final dos exemplares. Já existia no livro manuscrito e passou ao impresso do período incunabular, nos finais do século XV e princípios do século XVI.

Por vezes expunham-se em conjunto, no final do volume: o título exato da obra, o nome do autor, do impressor ou livreiro, o lugar e a data de impressão, seguida, em algumas ocasiões, pela marca tipográfica, correspondente ao *explicit* dos manuscritos. Um outro elemento importante do livro antigo são os reclusos, que constituem a última palavra de um caderno, situando-se no pé de página, podendo comparecer para facilitar a ordenação dos cadernos de um livro por um encadernador. Os reclusos são igualmente passíveis de surgir no verso de todas as folhas ou mesmo do reto para o verso. Os reclusos utilizaram-se nos manuscritos e apareceram pela primeira vez impressos em cerca de 1471 e foram usados no livro impresso

até ao século XIX. Alguns exemplares possuem uma errata, geralmente colocada no final do volume, em forma de lista, para advertir o leitor e facilitar-lhe as correções. Tanto pode ser uma lista de erros topográficos ou de outra natureza. O tratamento biblioteconómico das obras não dispensa a consulta de trabalhos bibliográficos de referência, nos quais os livros antigos impressos são mencionados, tais como: o *Dicionário bibliográfico português* de Inocêncio Francisco da Silva e a *Biblioteca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado.

As cotas antigas também foram sempre mencionadas no tratamento documental em análise. Paralelamente, submeteram-se as obras à respetiva indexação, que consiste em recuperar, seleccionar e exprimir as informações contidas nos documentos. A indexação não foi integrada no catálogo, tendo sido aproveitada pelo serviço interno da BPMP. A Classificação dos documentos segundo a Classificação Decimal Universal faz parte do catálogo. De acordo com esta classificação, os assuntos são compartimentados em classes, divisões, secções, e assim sucessivamente, o que permite designar cada tema de forma simples e individual. Após a descrição circunstanciada de procedimentos inerentes ao tratamento biblioteconómico do *livro antigo* no catálogo *Tipografia portuguesa do séc. XVI*, importa utilizar esta análise como ponto de partida, destacando alguns apontamentos genéricos sobre a catalogação do livro antigo, cuja consideração pode sair enriquecida da experiência empírica ante-citada, permitindo a visualização, sob a forma de tópicos, de alguns aspetos passíveis de figurar num futuro manual.

3.8. Apontamentos genéricos sobre a catalogação do livro antigo: dados para a realização de um esquema

Neste andamento, expõe-se possíveis definições do livro antigo, fundamentais para enquadrar os critérios e as etapas inerentes ao respetivo processo de catalogação.

3.8.1. Subsídios para uma definição de livro antigo nos planos semântico, da periodização e da natureza ou estatuto

Livro impresso publicado entre 1501 e 1800. Parte integrante do fundo antigo (contemplando este manuscritos e incunábulo). O *Livro Antigo* atesta e comprova a importância do património histórico-cultural dos países, das regiões e das localidades.

3.8.2. Algumas considerações prévias ao tratamento biblioteconómico

O tratamento biblioteconómico do livro antigo implica um conjunto de regras e procedimentos que devem ter em conta em cada caso concreto. O trabalho realizado ou a

efetuar não possui apenas um cariz técnico, que convém valorizar. Também implica investigação portadora de um lastro cultural mais amplo. Uma sugestão para trabalhos de investigação futuros pode contemplar o uso dos catálogos do livro antigo como suportes e pontos de partida utilizáveis em estudos mais aprofundados de cariz hermenêutico, como os de Roger Chartier, incidentes sobre as práticas, os discursos e as representações patentes na Nova História Cultural.

Convém ter em conta as definições de livro antigo apontadas, sem encará-las como absolutas ou definitivas, dado que o conceito de livro é objeto de constante revisão por parte dos estudiosos de diversas áreas, tais como: História do Livro e da Leitura; Sociologia do Livro e da Leitura, dialogando estas em permanência com a História da Cultura ou as Ciências da Comunicação.

A catalogação do *Livro Antigo* concita especificidades (etapas e critérios), que não são apodíticas, implicando margens de negociação com outras formas de catalogação

No livro antigo cada exemplar é único

3.8.3. Etapas

A catalogação de livro antigo envolve, basicamente, duas etapas:

- 1.^a etapa – Fazer pesquisa bibliográfica que consiste em consultar obras de referência bibliográfica para fazer o levantamento de informações sobre a história da obra e seu autor.
- 2.^a etapa – Descrição bibliográfica, ou seja, a catalogação de um documento em que todas as características da obra sejam devidamente observadas e registadas, de modo a que sejam identificadas com precisão.

Os elementos da descrição bibliográfica são retirados da própria monografia e, principalmente, da folha de rosto, ou do colofão, e só quando forem insuficientes é que se devem retirar de outra fonte de informação.

3.8.4. Campos/*Unimarc*

A catalogação obedece aos seguintes campos:

- Língua da publicação
- País de publicação
- Título original; título paralelo (língua estrangeira); título secundário
- Autor principal; autor secundário
- Edição
- Local de edição; editor ou impressor; data
- Descrição física: páginas ou folhas e dimensões/fólio; falta de folhas; vários volumes;

ilustrações; desdobráveis; tabelas e mapas

- Bloco de notas ou notas gerais:
- Cota antiga
- Informação retirada do colofão
- Variantes de exemplares
- Contrafações
- Outros títulos incluídos na obra que interesse salientar
- Duas partes num volume com rosto e páginas própria
- Notas relativas a título e menção de responsabilidade
- Título do livro na língua original
- Pseudónimos
- Responsabilidade atribuída na bibliografia consultada
- Notas relativas a edição e história bibliográfica da publicação
- Dedicatórias, importância por causa do mecenato
- Notas impressas nas margens
- Notas relativas à descrição física
- Discriminar assinaturas
- Licenças
- Privilégios
- Duas cores: vermelho e negro
- Frontispício gravado
- Vinheta na folha de rosto
- Existência de errata
- Texto a duas colunas
- Capitulares e capitais decoradas; frisos e remates ornamentados
- Erros de paginação
- Reclamos
- Notas relativas ao exemplar em presença
- Mutilações que a obra tem
- Tipo de encadernação e estado de conservação
- Notas manuscritas nas margens ou no corpo do texto
- Proveniência da obra
- Nota de intervenção (preencher se houve intervenção)
- Folhas restauradas

- Capa ou caixa em melinex
- Folhas restauradas
- Capas atadas ou fita de nastro
- Mencionar acerca da (in)suficiência do restauro
- Notas relativas à bibliografia consultada, segundo a ordem de citação
- Anselmo
- Inocêncio
- Brunet
- Sítios da Internet das bibliotecas nacionais, entre outros
- Nota de conteúdo
- Vários volumes
- Menciona-se tudo o que é particular de cada volume
- Outros títulos incluídos também se mencionam
- Bloco de entradas relacionadas – encadernado com (várias obras num só volume)
- Os campos 481 e 482 não puderam ser preenchidos (salvo eventuais atualizações recentes desconhecidas pela autora), pois o formato *Unimarc* não foi concebido para a catalogação de livro antigo.
- Bloco de títulos relacionados
- Título uniforme com grafia atualizada (ex: quando título começa por autor e o conhecemos por outro meio)
- Título da capa
- Título da lombada
- Título convencional
- Título desenvolvido (quando surge título abreviado e publicações em série)
- Bloco de assuntos
- Indexação
- Acesso pelo local
- País de impressão
- Cidade de impressão
- Classificação Decimal Universal (CDU)

Notas finais: é sempre da maior importância saber se estamos perante uma variante de um exemplar (às vezes é preciso ter olho de lince, pois é só um pequeno pormenor, mas faz toda a diferença) ou mesmo uma contrafação.

A Indexação não faz parte do catálogo analisado tanto impresso como digital. Só ficou para uso interno da BPMP.

A linguagem usada nos conceitos não obedeceu ao rigor do *Tesouro Eurovoc*. A linguagem aplicada nos descritores deste catálogo foi livre.

Expostos os principais tópicos de catalogação do livro antigo, impõe-se perspetivar a utilidade deste tipo de instrumento heurístico para a História do Livro, da Leitura e da Cultura, utilizando o *Catálogo da Tipografia Portuguesa do Séc. XVI* como ponto de ancoragem das considerações que se seguem.

3.9. Considerações sobre a importância do Catálogo *Tipografia portuguesa do séc. XVI* para a História do Livro, da Leitura e da Cultura

O catálogo analisado neste trabalho, sob o ponto de vista técnico, pode constituir um instrumento importante para a História do Livro e da Leitura, dado que parece possuir validade heurística. Nesta sequência, expõem-se algumas considerações teóricas e culturais sobre a História do Livro e da Leitura, de modo a estabilizar a diacronia respetiva, entendendo o âmbito disciplinar que sincronicamente dela se alimenta. Este estudo pretende defender e espera ter contribuído para demonstrar, no subcapítulo precedente, que o trabalho em torno do livro antigo não é apenas técnico ou metodológico, envolvendo e implicando conhecimentos de história cultural incidentes sobre a Época Moderna e os primórdios da Contemporânea. Segundo António Barros Cardoso, a História do Livro e da Leitura concita várias linhas de investigação, como a História da Leitura, a Sociologia da Leitura, História da Edição e História da Imprensa Periódica: «Trata-se de áreas de pesquisa que se interpenetram, cujo objectivo de fundo consiste em ajudar a aclarar as formas de transmissão das ideias através dos caracteres impressos e contribuir para avaliar de que maneira a palavra imprensa afectou o pensamento e o comportamento da humanidade, ao longo dos últimos cinco séculos. Robert Darnton adianta por isso uma designação englobante de todas estas linhas de acção, ao definir a nova disciplina *como história social e cultural da comunicação por intermédio da imprensa*.» (CARDOSO, 1995).

Como se pode verificar, segundo António Cardoso: «o crescente interesse pelo livro não é de hoje, remonta à Renascença e aumenta com o impacto da proliferação do impresso a partir do século XVII, consequência directa da descoberta, aperfeiçoamento e vulgarização dos prelos ao longo do século precedente, responsável pelo desencadear de uma verdadeira onda de crescimento do número de edições a par de um assinalável aumento das tiragens que, limitadas em número no tempo do livro manuscrito, passaram, na nova era, a atingir as centenas e mesmo os milhares de espécies» (*idem, ibidem*, pp. 17-18).

Na atualidade, a História do Livro e da Leitura não deve ser pensada ao arrepio da crise do capitalismo e da economia global, colocando-se desafios que reclamam a consignação científico-disciplinar do âmbito de estudo em consideração, concitando abordagens efetiva e

crescentemente interdisciplinares, que tenham em conta a importância do livro e da leitura para o desenvolvimento do sentido crítico por parte dos cidadãos conscientes, em vias de serem tratados como números ou mercadorias, em alguns momentos e por determinados segmentos de certas sociedades. Para obviar a esta mercantilização e à crise de valores que se lhe encontra associada, a História do Livro tem vindo a alargar os seus horizontes temáticos e teórico-metodológicos, esbatendo dualismos, como o que opõe a cultura erudita e a cultura popular. A terceira geração dos Annales foi em parte responsável por grandes mudanças no âmbito disciplinar em análise, representadas por autores como Robert Darnton ou Roger Chartier. Para o primeiro, o livro deve ser estudado na sua materialidade tendo em conta as condições de produção e edição, mas também de circulação.

Na mesma linha, incorporando alguns elementos da *estética da recepção* (cfr. JAUSS, 1994; ISER, 1985), e tornando-os dinâmicos, tomando-os como trâmites processuais da sociedade e da cultura, João Luís Lisboa pugna por uma História Social das Ideias. Encara os livros como um dos meios de circulação, transmissão e difusão de ideias, mentalidades, modos de ser e de estar, de par com outros meios, portadores de diferentes signos e gestos, como sejam sons, imagens, festas, comemorações. Para o autor referido: «Le rapport entre livre et communication est l'object d'une abondante bibliographie. À l'origine des problèmes que se travail veut traiter il y a la convergence des études sur la socio-histoire de la culture, l'histoire sociale des idées, développées surtout en France et aux Etats-Unis, mais aussi en Grande Bretagne en Allemagne, depuis une vingtaine d'années. Si l'on pense aux problèmes posés pour la valeur des représentations, cette recherche peut être insérée dans un domaine que l'on appellerait volontiers l'histoire sociale des idées [...]. Il n'est plus question de regarder l'histoire du livre et de la lecture comme un domaine qui n'est pas sensible aux changements (comme le craignait Michel Vovelle à propos des études menées par Henri-Jean Martin dans les années 60).» (LISBOA, 1998, p. 5).

Cresce que no catálogo *Tipografia portuguesa do séc. XVI* são descritas as características dos impressos, sob um ponto de vista que cruza indexação e catalogação com uma perspetiva aberta na recolha de dados, que ultrapassa o âmbito taxonómico e estritamente biblioteconómico, entendendo-se a Biblioteconomia como instância permeável a dimensões de estudo que a partir dela se efetuem, encarando-se o livro como entidade material, portadora de uma história própria, catalisadora de abordagens em torno da sua circulação.

O catálogo sobre o qual se debruça este trabalho ajuda a conhecer as obras quinhentistas existentes nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Por todo o país existem catálogos afins, cuja análise, em termos comparativos, ultrapassa em muito o âmbito deste *curriculum comentado*. No entanto, o instrumento heurístico escolhido pode, em ocasiões futuras, ser cruzado com outro diverso e mais amplo, a *Bibliografia da História do Livro em Portugal séculos XV a XIX*, de modo a observar coincidências e diferenças. No prefácio à referida *Bibliografia*, intitulado *Da tradição à História do Livro em Portugal*, Diogo Ramada Curto lamenta, implicitamente, o divórcio patente, a partir de meados do século XX, entre a

Historiografia Literária, a História do Livro e a História *tout court*, criticando o distanciamento crescente da primeira face à tradição bibliográfica erudita muito em voga na segunda metade de Oitocentos, sendo esta então associada contudo a uma ideologia nacionalista. O respetivo e progressivo apagamento ocorreu em nome do predomínio quase exclusivo da análise interna do discurso literário, esquecendo-se ou menosprezando-se o livro e a edição nas suas vertentes materiais e sócio-culturais. Essa desvalorização remeteu o livro antigo para posições relativamente subalternas. Atente-se na seguinte asserção metodológica, seguida de um repto: «Se a reflexão sobre a historiografia literária dos dois últimos séculos e a reconstituição de um sentido na tradição bibliográfica permitem apurar os instrumentos de análise da História do Livro e da Leitura nos séculos XV a XVIII, será agora necessário identificar as principais questões a que esta história deverá responder.» (CURTO, 2003, p. 131).

Este relatório exime-se a cumprir tal tarefa, mas Ramada Curto aponta a necessidade de identificar as questões às quais a história do Livro e da Leitura deve tentar ser sensível e avança, desde logo, com a desmistificação que os estudos científicos têm colocado em prática do lugar comum segundo o qual a *invenção da* imprensa alterou inteiramente as mentalidades vigentes. Lucien Febvre, Henri-Jean Martin e mais recentemente Roger Chartier provaram que a novidade introduzida pela difusão e generalização da imprensa foi sobretudo técnica, ainda que tenha implicado significativas transformações culturais, que devem ser tidas em conta, mas não hiperbolizadas. Roger Chartier, já referido, desenvolveu estudos no âmbito da nova História da Cultura, passível de integrar no seu espectro de análise a História do Livro e da Leitura.

O catálogo *Tipografia portuguesa do séc. XVI* colige uma série de informações sobre impressos que não possuem apenas um caráter informativo ou cariz descritivo, comportando elementos para a história material dos livros, mas também para uma primeira e incipiente aproximação às respetivas *práticas, discursos e representações*. Tem, por isso, cabimento, neste momento da narrativa, uma sucinta apreciação da biografia e das ideias de Roger Chartier.

Roger Chartier iniciou a sua formação na Escola dos Annales, e faz parte da *quarta geração*, correspondente à *nouvelle histoire*, dirigida por Jacques le Goff (surgida nos finais dos anos 70 do século XX), mas situa-se nela como herdeiro crítico do património veiculado. Existem historiadores (Hervé Coutau-Bégarie e Gérard Noiriel) que, na atualidade, relativizam, e põem em causa, o legado dos Annales e da *nova história*, chegando a contestar a respetiva natureza, homogeneidade e novidade (cfr. BOURDÉ; MARTIN, 1983).

Roger Chartier é, na atualidade, um dos mais destacados historiadores no âmbito da *história cultural* francesa, com uma vasta obra. A *história cultural* é uma vertente historiográfica que se torna mais precisa e evidente a partir das últimas décadas do século XX. Antes de mais,

convém lembrar que a *nova história cultural* tornou-se possível na moderna historiografia, a partir de uma importante expansão de objetos historiográficos. Esta modalidade abriu-se aos mais variados estudos, como a cultura popular, a cultura letrada, as *representações*, as *práticas* discursivas partilhadas por diversos grupos sociais ou sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissémica noção de cultura.

A *história cultural*, aqui entendida no sentido de uma História da Cultura, não se limitou a analisar apenas a produção cultural, literária e artística oficialmente reconhecidas, passando a atrair o interesse de historiadores das mais diversas correntes teóricas desde o último século, inclusive no seio da historiografia marxista.

Ao abordarmos a História da Cultura emergem, obrigatoriamente, os problemas das relações entre História e cultura, convocando a indagação a respeito das diferenças, ou não, entre História da Cultura e *história cultural*. Há que distinguir entre a historiografia da cultura elaborada a partir de pressupostos da *Ilustração* e a construída em função de pressupostos antropológicos, na qual mais se destacam o carácter plural da noção de cultura e sua multiplicidade de definições.

Logo, é preciso reconhecer que cultura constitui um nome aplicável a um campo semântico e, como tal, em processo contínuo de ampliação e complexificação. Clifford Geertz encara-a *como sistemas de entrelaçados de signos interpretáveis* (cfr. GEERTZ, 1978, p. 24), criados pelos grupos sociais. Desta forma, analisar as culturas significa interpretar símbolos, mitos, ritos. Cultura, como conceito amplo e plural, engloba *representações*, ideias, mentalidades, maneiras de ser e sentir. É numa perspetiva cultural que a história do quotidiano reencontra o seu lugar: o inventário das formas de vida funciona como chave explicativa para a descodificação da cultura. Aliás, a tendência nas ciências humanas de hoje é abordar uma pluralidade de culturas em detrimento da concentração numa única, tomada de forma generalizada.

A *nova história cultural* interessa-se pelos sujeitos produtores e recetores de cultura. Abarca a função social dos intelectuais, o público recetor, o leitor comum, ou as massas, *capturadas* modernamente pela chamada *indústria cultural*. Agentes de produção e difusão cultural também se encontram no âmbito institucional: os sistemas educativos, a imprensa, os meios de comunicação, as organizações sócio-culturais e religiosas, convergem como objetos de investigação. Estudam, também, os meios através dos quais se produz e se transmite cultura: as práticas e os processos.

Por fim, considera-se a matéria-prima propriamente dita (os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos): as visões do mundo, os sistemas de valores, os modos de vida relacionados com os vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes e

movimentos de diversos tipos. Com um investimento mais próximo da história das mentalidades, podem ser estudados ainda os modos de pensar e de sentir tomados coletivamente (cfr. ARIÈS; DUBY, 1990).

A contribuição de Roger Chartier e Michel de Certeau, que atuam em consonância com o sociólogo Pierre Bourdieu, tem sido da maior importância para a conexão entre história, cultura e política. Entre outras aportações relevantes para os estudos culturais, Chartier e Certeau avançam bastante na crítica às concepções monolíticas da cultura, condenando a pretensão de se estabelecer em definitivo relações culturais que seriam exclusivas de formas culturais específicas e de grupos sociais particulares (cfr. CHARTIER, 1987). Assim, Certeau investe na possibilidade de decifrar normas culturais através do quotidiano (cfr. CERTEAU, 1980) e Chartier interessa-se pelas transferências entre cultura oral e cultura escrita, mostrando como indivíduos não letrados podem participar da cultura letrada através de práticas culturais diversas como: leitura coletiva, literatura de cordel.

Como sugestão para futuras investidas intelectuais, será possível aproveitar o instrumento heurístico constituído pelo catálogo da *Tipografia portuguesa do séc. XVI* como base e catalisadora de estudos mais desenvolvidos que utilizem a informação nela contida, enquanto plataforma mínima a partir da qual se estructurem edifícios teóricos ou investigações empíricas circunstanciados, percecionando-se o livro antigo não só como representante da cultura erudita e escrita, mas também sob o prisma do quotidiano dos eruditos, acerca dos quais os impressos quinhentistas oferecem indícios e informações, constituindo vestígios materiais não negligenciáveis.

Mas a contribuição de Chartier para a História da Cultura reside na elaboração das noções de práticas e *representações*, que funcionam como complementares. De acordo com este horizonte teórico, a cultura poderá ser examinada no âmbito da relação interativa entre estes dois pólos. Os objetos culturais resultam da simbiose entre práticas e representações. Os sujeitos produtores e recetores de cultura circulam entre estes dois âmbitos que, de certo modo, correspondem respetivamente aos modos de fazer e aos modos de ver. Será imprescindível clarificar, neste passo, estas duas noções que hoje são da maior importância para o historiador da cultura. O que são práticas culturais? Não resultam apenas de técnicas artísticas (escrever um livro ou praticar uma modalidade de ensino), mas também dos modos como uma dada sociedade se comporta, isto é, como os homens falam, comem, conversam, solidarizam-se, hostilizam-se.

De facto, a História Cultural como a entende Chartier, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, *dada a ler* (cfr. CHARTIER, 2002). As representações, acrescenta Chartier, inserem-se num campo de ocorrências e competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e

de dominação – noutras palavras, são produzidas verdadeiras lutas de representações. E estas lutas geram inúmeras apropriações passíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, as imposições e resistências políticas, as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano. O modelo cultural de Chartier, conforme aqui se depreende, é claramente afeto à noção de *poder*, o que, de certa forma, faz dele também um modelo de *história política*. Para sublinhar esta interação entre cultura e poder, o historiador francês ante-citado reivindica outra noção primordial: aquela que consigna os *discursos*, conjugando-os com as definições de *representação* e *prática*. O autor referido sempre pautou a sua vida profissional por uma atitude de respeito e incentivo face à História da Cultura, da qual é um dos principais arautos no plano teórico e no âmbito da prática historiográfica. Chartier notabilizou-se na procura de uma *história cultural* que, dentro dos *Annales*, colocasse em causa o estruturalismo *braudeliano* e as conseqüentes derivas da *história quantitativa e serial* de teor alegadamente mecanicista, repetitiva, tendente a reduzir pessoas a números. Por outro lado, Chartier absorve os ensinamentos hermenêuticos e semióticos de Foucault e encara os jogos de linguagem como formas de representação cultural e de poder. Nessa medida, poderá não ter sido indiferente aos posicionamentos de Wittgenstein, e dos pragmáticos como Searle, Austin ou dos cultores da escola de Cambridge, Skinner ou Pocock.

Todavia, Chartier exime-se a subscrever inteiramente algumas propostas absorvidas pelo *linguistic turn*. O historiador francês ante-citado salvaguarda uma história social e cultural que tenha em conta as acções dos indivíduos, inseridos em contexto mais amplos, ou privilegiava a *micro-história* (cfr. Ginzbourg; Zemon-Davies), enquanto o *linguistic turn* abriu caminho à historiografia pós-moderna, de inspiração americana (cfr. Hayden White; Lacapra; Hunt) ou francesa (presente em filósofos como Lyotard, Vattimo). A posição de Chartier encontra-se distante da *narrativa de factos verosímeis*, preconizada por Paul Veyne (cfr. 1987). Embora aquele defenda que a historiografia é um discurso, não se contenta em conferir-lhe um estatuto confinado à verosimilhança, mas considera-a científica. A perspectiva do autor da *ordem dos livros* recolhe alguns ensinamentos de Paul Ricoeur, nomeadamente em *Temps et Récit* (cfr. RICOEUR, 1985), mas afasta-se, sobretudo, da *desconstrução* (cfr. DERRIDA, 1989) defendida por Jacques Derrida, segundo a qual não há significantes ou significados, dado que o sentido é banido.

A análise do catálogo *Tipografia portuguesa do séc. XVI* radicaliza as distâncias críticas manifestadas por Chartier face à historiografia pós-moderna.

Conclusão

Este relatório permitiu o alargamento de conhecimentos sobre a natureza deste esforço intelectual, portador de características que permitem filiá-lo no âmbito do *curriculum comentado*, com implicações e ressonâncias autobiográficas e aproximações ao ensaísmo científico e à nova História da Cultura. No primeiro andamento deste trabalho foi necessário estabilizar conceitos e distinguir autobiografia em sentido genérico de autobiografia em sentido restrito. Como vimos, para Paula Morão, autobiografia, genericamente considerada, pode responder a duas perguntas conexas: quem sou eu? quem sou eu no mundo? Neste relatório procurou-se responder, de modo discreto mas efetivo, a ambas as interrogações, sem ter de nomeá-las explicitamente, criando condições para apresentar uma narrativa distante da autobiografia como género literário, mas mais próxima de um exercício parcial de memória, de carácter ego-histórico, centrado num percurso biográfico, e, sobretudo, profissional de Lucinda Ribeiro. Concretiza-se, de uma forma *sui generis* e, porventura, enviesada, um escrito do eu, que não dispensa a consideração teórica dos escritos sobre o eu, filiando-se num *curriculum comentado*. Para chegar a esta designação e concretizar o trabalho que ela implica, este relatório partiu de estudos de investigadores estrangeiros, mas não esqueceu os portugueses. Merecem destaque, neste conspecto, pelo seu pioneirismo, autores como a já referida Paula Morão, mas também Nazaré Gomes dos Santos e Clara Rocha. Este aparato teórico sólido, de teor reflexivo, foi importante para lançar as bases do *curriculum comentado*.

Quanto ao segundo andamento, este relatório permitiu destacar a relevância do Curso de Ciências Documentais no percurso académico da autora, tanto no plano pessoal e emocional como do ponto de vista teórico, metodológico e epistemológico. Lucinda Ribeiro sempre gostou muito de ler. Esse fascínio começou bem antes de quaisquer contactos profissionais com o objeto livro, e foi extremamente relevante, ou até mesmo decisivo, para a experiência da autora nesta área. A revisitação de momentos do passado serviu para demonstrar que a memória não constituiu apenas um arquivo estático, no qual se acumula um amontoado desconexo de informações. Essa *amálgama* existe, constituindo um magma prestes a explodir. A analogia com o mundo dos vulcões permite situar este *curriculum comentado*.

Escolhido o âmbito desta investigação, não foi possível evitar uma *explosão*, que obrigou a relembrar recalcamientos, resgatar esquecimentos, recriar vivências, reciclar e reutilizar experiências, narrativizando-as, tentando não perder de vista o *fio de Ariadne* que permitisse uma orientação no interior do *labirinto*, convocando a realidade dos acontecimentos, tentando evitar os ardis com os quais *Pigmalião* se confrontou. Este trabalho tenta colocar uma pessoa

como objeto de si mesma, realizando esse esforço de modo pessoal, mas, sempre que possível, objetivo. Espera-se que a *escultura* realizada não se volte contra o escultor, aniquilando-o. Por outro lado, um esforço como este, de concretização de um *curriculum comentado*, fica sempre aquém do imaginado, assemelhando-se, numa escala mais modesta, com as devidas distâncias, aos *Trabalhos de Sísifo*. Em certa medida, este relatório permitiu a Lucinda Ribeiro *voltar* à Academia das Ciências, à Biblioteca Pública Municipal do Porto, sem fisicamente se deslocar a essas instituições (embora acalente a esperança nesses regressos no plano laboral).

Do ponto de vista intelectual, este relatório permitiu à autora tomar consciência da relevância de algumas disciplinas de licenciatura e pós graduação no seu percurso. Ao refletir sobre elas, apercebeu-se de que sempre tivera uma preferência por matérias do foro prático e empírico e de teor humanístico, servindo-se do estudo do passado para resolver problemas da atualidade. As Ciências Documentais foram decisivas na consolidação de trajeto voltado para a consideração do património como algo vivo e rico, passível de ser defendido de modo racional, através do uso de técnicas e metodologias, mas sem perder de vista o inestimável valor daquilo que se conserva para transmitir aos vindouros.

Por outro lado, no terceiro capítulo, o gosto de Lucinda Ribeiro por livros permitiu à responsável destas linhas tratá-los do ponto de vista biblioteconómico, ajudando a construir/analisar o catálogo *Tipografia portuguesa do séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, que pode, modesta e incipientemente, contribuir para colmatar uma lacuna relativa a instrumentos heurísticos congéneres. A autora pensa que a Biblioteconomia muito deve à História do Livro, da Leitura e da Cultura e pode alimentar-se delas, acrescentando-lhes elementos técnicos importantes.

Acresce que o *Livro Antigo* constitui, no entender de Lucinda Ribeiro, um âmbito disciplinar que tarda em afirmar a sua identidade. Esta dificuldade poderá ser ultrapassada se problematizações de foro técnico forem complementadas e não subjugadas por investidas de teor humanístico.

Num plano de afinidade historiográfica este estudo inspira-se na nova História Cultural, praticada por Roger Chartier. Recorrendo à terminologia deste autor, neste trabalho foram estudadas *práticas* e *discursos* (em todos os capítulos), mas também representações (no terceiro andamento).

A terminar esta investigação, falta imprimir-lhe a assinatura de Lucinda Ribeiro. Antes de formalizar esse ato, convém lembrar um trabalho teórico de Maria Augusta Babo em torno da autografia (cfr. BABO, [s.d]), no qual esta estudiosa relaciona a triangulação semiótica de Peirce com a temática da assinatura. Esta contempla um *índice*, *símbolos* e *ícones*. Por outras

palavras, quando alguém assina junta vocábulos que ficam impressos numa determinada superfície, correspondendo a um nome e a um sujeito, possuindo funções no âmbito da *representação*. Por outro lado, a assinatura contempla elementos icónicos que a individualizam e colocam em diálogo com significantes e significados. Em seguida, apresenta-se a assinatura de Lucinda Ribeiro, e espera-se que seja portadora dos três elementos presentes na triangulação de Peirce. Esta apresentação é importante, na medida em que pretende complementar a narração na terceira pessoa do singular, escolhida ao longo do trabalho. Esta narração não pretendeu despersonalizar o relato. Apenas tentou cumprir uma formalidade académica, inerente a um modo específico de encarar o discurso científico. Espera-se que este desiderato tenha sido cumprido, pelo menos parcialmente.

Num trabalho sobre o *Livro Antigo* seria estranho não realçar a temática da assinatura.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lucinda Ribeiro', written over a horizontal line.

Bibliografia

- AGOSTINHO, Santo – *A cidade de Deus*. 2.^a ed.; trad., pref., nota biográfica e transcrições de José Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Serviço de Educação e Bolsas, 2011.
- ANSELMO, Artur – *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981.
- ARIÉS, Philippe; DUBY, George – *História da vida privada*; trad. e rev. Armando Luís de Carvalho Homem. Porto: Afrontamento, 1989-1991.
- ARONS, Ruth – *Uma tentativa de bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI e alguns problemas por ela levantados*. Lisboa: [s.n.], 1953.
- AUSTIN, John Langshaw – *Sense and sensibilia*. Oxford: The Clarendon Press, 1964.
- BARBOSA, Diogo Machado – *Biblioteca lusitana*, (ed. fac-similada da de 1741-1759). Coimbra: Atlântica Editora, 1965-1967.
- BARRENTO, João – *O género intranquilo: anatomia do ensaio e do fragmento*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
- Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV a XIX*. coord. Diogo Ramada Pinto; rev. Graça Pais Ferreira, Lisboa: BN, 2003.
- BOURDÉ, Guy; HÉRVE, Martin – *As escolas históricas*; trad. Ana Maria Rabaça. Mem Martins: Europa - América, 1983.
- BOURDIEU, Pierre – *Questões de Sociologia*; trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BRANDÃO, Fiama Hasse Pais – *Falar sobre o falado*. Porto: Afrontamentos, 1988.
- CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. [Lisboa]: Inapa, 1998.
- CARDOSO, António Manuel de Barros – *Ler na livraria de Frei Francisco de São Luís de Saraiva*. Braga: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995.
- CARVALHO, Isabel de Fátima da Conceição – *Património e rendas de 1629 a 1822*. Porto: [s.n.], 1996. Tese de Mestrado (Policopiada).
- CASTRO, Cláudia Pinto Ribeiro – *Os outros: a Casa Pia de Lisboa como espaço de Inclusão da Diferença*. Porto: [edição do autor], 2009. Tese de Doutoramento (Policopiada).
- Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI: a colecção da Biblioteca Nacional*; org. e índices por Maria Alzira Proença Simões. Lisboa: BN, 1990.
- CERTEAU, Michel – *L'invention du quotidien; Apres. Luce Giard*. Paris: Gallimard, 1980.
- CHARTIER, Roger – *Lectures et lectures dans la France d'Ancien Régime*. Paris, Du Seuil, 1987.

CHARTIER, Roger – *A história cultural entre práticas e representações*; Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*; trad. Leonor Graça. Lisboa: Vega, 1997.

CHARTIER, Roger; COMPÈRE, Marie Madeleine; JULIA, Dominique – *L'éducation en France du XVIe au XVIIIe siècle*. Paris: Société d'édition d'enseignement supérieur, 1976.

Colóquio poéticas do ensaio, Ponta Delgada, 2009; ed. lit. Rosa Maria Goulart. Coimbra: UC [Ponta Delgada], 2010.

COSTA, Júlio – *Biblioteca Pública Municipal do Porto: Depósito Legal e gestão de colecções* [s.l.: s.n.], 2007.

CURTO, Diogo Ramada – *Da tradição bibliográfica à História do Livro em Portugal*. In *Bibliografia da História do Livro em Portugal*. Lisboa: BN, 2003.

DARNTON, Robert – *Gens de lettres: gens du livre*; trad. Marie-Alix Revellat. Paris: Odile Jacob, 1992.

DAVIS, Natalie Zemon – *Society and culture in early Modern France: eight essays*. Cambridge: Polity Press, 1987.

DERRIDA, Jacques – *La desconstrucción en las fronteras de la Filosofía: la retirada de la metáfora*. Barcelona: Paidós, 1989.

EAKIIN, Paul John – *Touching the world: reference in autobiography*. New Jersey: Princeton University Press, 1992.

ELIAS, Norberto – *Processo civilizacional: investigações sócio-genéticas*; Lúcia Campos Rodrigues. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

FARIA, Francisco Leite de Faria – *Livros impressos em Portugal no século XVI na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Coimbra: Coimbra Editora, 1979.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – *Novo dicionário do livro*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean – *O aparecimento do livro*; colab. Anne Basanoff; rev. Artur Anselmo; trad. Henrique Tavares Castro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

GEERTZ, Clifford – *A interpretação das culturas*; trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enríque; PONI, Carlo – *A micro-história e outros ensaios*; trad. António Narino. Lisboa: Difel, 1991.

GOULART, Rosa Maria – *O ensaio: convenções de género e opções discursivas*. In *Poéticas do Ensaio: Colóquio Poéticas do Ensaio*. Coimbra: Universidade de Coimbra [Universidade dos Açores], 2010.

GUSDORF, Georges – *Auto-bio-graphie*. Paris: Editions Odile Jacob, 1991.

- HEIDEGGER, Martin; HERMANN, Friedrich-Wilhelm von – *Les problèmes fondamentaux de la phénoménologie*; trad. Jean-François Courtine. Paris: Gallimard, 1985.
- HERRERA MORILLAS, José Luís – *Tratamiento y difusión digital del libro antiguo: directrices metodológicas y guía de recurso*. Gijón (Asturias): Trea, 2004.
- HOBBS, Eric John Ernest – *A era dos extremos: breve História do século XX, 1914-1991*. Lisboa: Presença, 1996.
- HOGGART, Richard – *As utilizações da cultura*; trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1973.
- HUNT, Lynn – *A nova História Cultural*; trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IFLA – *Directivas para uso do UNIMARC no tratamento de monografias antigas*. trad. e adapt. Grupo de Trabalho de Livro Antigo. Lisboa: BN, 2001.
- IRIA, Alberto – *A Fundação da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1986.
- ISER, Wolfgang – *L'acte de lecture: théorie de L'effet esthétique*. Bruxelles, Pierre Mardaga, 1985.
- JAMESON, Fredric – *Postmodernism, or the cultural logic of the late capitalism*. London: Verso, 1991.
- JAUSS, Hans Robert – *Pour une esthétique de la réception*; trad. Claude Maillard. Paris: Gallimard, 1994.
- KOSELLECT, Reinhart – *Futures past: on the semantics of historical time*; trad. Keith Tribe. Cambridge, Mass: The Mit Press, 1985.
- LACAPRA, Dominick – *History and criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- LEAL, Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal antigo e moderno: dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades e villas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias*. Lisboa: Cota d'Armas, 1990.
- LECARME, Jacques; LECARME-TABONE, Éléane – *L'autobiographie*. 2.^a éd. Paris: A. Colin/Masson, 1997.
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques – *A Nova História*; trad. Maria Helena Arinto, Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1990.
- LE GOFF, Jacques – *História e memória*; trad. Rui Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2000.
- LEJEUNE, Philippe – *Le pacte autobiographique*. Paris: Editions du Seuil, 1975.
- LIPOVETSKY, Gilles – *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*; trad. Miguel Serras Pereira, Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio d'Água, 1988.

- LISBOA, João Luís – *Mots (dits) écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal*. Florença: Institut Universitaire Européen, 1998 Tese de Doutoramento (Policopiada).
- LOYTARD, Jean- François – *A condição pós-moderna*; trad., rev. e apresent. José Bragança de Miranda. Lisboa: Gradiva, 2003.
- MAN, Paul de – *The rhetoric of romanticism*. New York: Colombia University Press, 1984.
- MEIRINHOS, José – *Editores, livros e leitores em Portugal no século XVI. A coleção de impressos portugueses do século XVI*. In *Tipografia portuguesa do séc. XVI nas coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, pp. 17-32. Porto: Pelouro da Cultura e Turismo, Direção Municipal de Cultura, 2006.
- MELO, Daniel – *A Leitura contemporânea 1926-1987*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- MORÃO, Paula – *O secreto e o real: ensaios sobre a literatura portuguesa*; rev. Rita Ribeiro. Lisboa: Campo da Comunicação, 2011.
- MOREIRA, Nuno Miguel Magarinho Bessa – *A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-historiográfica*. Porto: Faculdade de Letras, 2012. 2 vols. Tese de Doutoramento (Policopiada).
- NAVARRO, Pina; SANTOS, Maria Isabel – *Casa Pia de Lisboa: Centro Cultural Casapiano e património cultural*. Lisboa: Casa Pia, 2000.
- NORA, Pierre – *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1986.
- OLNEY, James – *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton: University Press, 1980.
- PAISANA, João M. – *Fenomenologia e hermêutica: a relação entre as Filosofias de Husserl e Heidegger*. Lisboa: Presença, 1992.
- POCOK, John Greville Agard – *Politics, language and time: essays on political thought and History*. London: Methuen, 1973.
- PORTUGAL, Biblioteca Nacional – *Classificação decimal universal: tabela de autoridade*. 2.^a ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1990.
- PROENÇA, Maria Cândida – *D. Manuel II*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2012.
- RICOEUR, Paul – *Temps et récit: les temps raconte*. Paris: Seuil, 1985.
- ROCHA, Clara Crabbé – *Máscaras de narciso: estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal*. Coimbra: [s.n.], 1992, (Imprensa de Coimbra).
- ROMÃO, Rui Bertrand – *A apologia na balança: a reinvenção do pirronismo na apologia de Raimundo Sabunde de Michele de Montaigne*. Lisboa: INCM, 2007.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Confissões*; trad. Fernando Lopes Graça. Lisboa: Relógio d'Água, 1988. 2 vol.
- RUIZ GARCÍA, Elisa – *Manual de codicologia*. Madrid Salamanca: Fund. German Sanchez Ruiperez, 1988.

SAMPAIO, Albino Forjaz de – *A tipografia portuguesa do século XVI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932.

SANTOS, Maria Nazaré Gomes dos Santos – *A força narcísica da literatura: auto reflexividade na ficção portuguesa: tradição e contemporaneidade*. Lisboa: [s.n.], 1998. Tese de Doutoramento (Policopiada).

SEARLE, John – *Déconstruction ou le langage dans tous ses états*; trad. Jean-Pierre Cometti. [Combas]: L'Éclat, 1992.

SKINNER, Quentin – *Visões da política*; trad. António José da Silva Moreira; rev. João Vidigal. Alges: Difel, 2005.

SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

Tipografia portuguesa do séc. XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal, 2006.

TOUZIN, Marie-Madeleine – *L'écriture autobiographique*. Paris: Beltrand-Lacoste, 1993.

VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1933-1975.

VATTIMO, Gianni – *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*; trad. Maria de Fátima Boavida; rev. Luísa Costa Gomes. Lisboa: Presença, 1987.

VEYNE, Paul – *Como se escreve a História*; António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1987.

WHITE, Hayden – *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. 1.^a ed.; trad. Jorge Vigil Rubio. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

WILLIAMS, Robert – *Recherches theoriques sur les recits autobiographiques*. Lovain: Université Catholique de Louvain, [19..].

WITTGENSTEIN, Ludwig – *Cultura e valor*. Lisboa: Ed. 70, 1996.

Webgrafia

BABO, Maria Augusta – *Práticas autográficas* in

http://www.cecl.com.pt/workingpapers/files/ed9_praticas_autograficas.pdf

Patrimonia. Livro Antigo in

[http://patrimonia.porbase.org/\[catálogo \[Catálogo on-line de Livros Antigos Portuguesas\]](http://patrimonia.porbase.org/[catálogo)

ANEXOS

Exto 10

[Handwritten signature]

Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas

M. J. J. de Freguesia de Pombal, Concelho de Mondim de Basto, solicita a alta proteccao de V. Exa. para que os habitantes desta freguesia se não vejam reduzidos a fome ou ao abandono dos seus lares.

Consta que se pretende entregar as baldios desta freguesia ao regimen florestal. tal medida representaria a ruina economica da freguesia que vive quasi exclusivamente da fabricacao do Corcho de Chocardo entivo de

algumas terras de lavradores pobres e agrestes que são abundantes, para produzir uma magnifica colheita com os estumes roçados nesses baldios.

E ainda nos baldios paraquicis que os habitantes desta freguesia vão cortar as lenhas os seus assos de esticos, pois que não ha nesta freguesia lavrador algum que possua lenhas proprias suficientes para os seus esticos de lenha e mato ou

que algum modo lhes permitam a lesa pag. Venha Deus ajudar o povo desta freguesia a abastecer e alar tudo com a noticia de que se pretende esbaldar do uso e fabricacao dos seus baldios, por isso, apela para a proteccao de V. Exa. para evitar a miseria e a sua confusao

Pombal 26 de Março de 1924

ATESTADO MÉDICO



Susana Maria Mesquita Vilas Boas, médica, com cédula profissional nº 42759, atesta, para os devidos efeitos, que Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto Sousa, nascida em 18/02/1958, é a principal cuidadora da sua mãe, Carmo Assuncao Moraes Peixoto, de 87 anos de idade, que apresenta sequelas de doença vascular cerebral, apresentando tetraparesia e afasia; apresenta também insuficiência cardíaca congestiva e fibrilação auricular permanente, não hipocoagulada. A utente está totalmente dependente, sem vida de relação, acamada, alimentada por SNG e com micções/dejecções na fralda, pelo que necessita do apoio permanente de terceiros; este apoio é prestado essencialmente pela sua filha, acima referida. Esta situação prolonga-se desde há vários anos, sem perspectivas de melhoria.

Por ser verdade e me ter sido pedido, passo o presente atestado, que dato e assino.

Porto, 31 de Outubro de 2012

Susana Vilas Boas



Curriculum Vitae

Curriculum Vitae

Identificação

NOME:

Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto de Sousa

DATA DE NASCIMENTO:

18 de Fevereiro de 1958

NATURALIDADE:

Paradança, concelho de Mondim de Basto, distrito de Vila Real

FILIAÇÃO:

Francisco Machado Gomes Ribeiro
e Carmo d'Assunção de Moraes Peixoto

ESTADO CIVIL:

Casada, sem filhos

CARTÃO DE CIDADÃO:

03880170

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL:

172 813 018

RESIDÊNCIA:

Rua Oliveira Monteiro, 156 - 4º Esqº /Tras. | 4050-438 Porto
Rua da Beneficência, 103 - 1º Dto. | 1600 Lisboa

CONTACTOS:

Telf.: 22 609 5223 / 91 999 8025

E-MAIL:

lucinda.gr@gmail.com

Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto de Sousa

Curriculum Vitae

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Curso de Especialização em História e Educação, com a classificação final de 18 valores, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1º ano de Mestrado).
- Pós-Graduação no Curso de Especialização em Ciências Documentais, variante Biblioteca, na Universidade Autónoma de Lisboa, com média final de 15,5 valores.
- Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com média final de 13 valores.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Frequentou o 2º ano de Mestrado, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Tema: Livros e Leituras na Biblioteca Escolar Jaime Cortesão do Liceu Nacional D. Manuel II, no período de 1948/49 e 1958/59.
- Instituto de Artes e Ciências – Curso de Informática - Concluído com a média final de 15 valores.
- Institut American Language Center – 3º nível do Curso de Inglês.
- Instituto de Inglês do Porto – 2º ano do Curso de Inglês.
- Academia das Ciências de Lisboa – *Formação no sistema informático “Porbase 5”*.
- Universidade Autónoma de Lisboa - Curso de Especialização em Ciências Documentais - *Seminário Multidisciplinar 1998/2000*.
- Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), em colaboração com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - *II Curso de Arquivística Religiosa* - Dias 10 e 12 de Setembro de 1998 - Universidade Católica Portuguesa do Porto.
- Secretariado nas Jornadas de Lusofonia – *Tradição e Inovação: sua Unidade em Agostinho da Silva* - Porto, 12 e 13 de Junho de 1999.
- Biblioteca Central do Ministério das Finanças - *Demonstração do Software WinLIB – Sistema de Gestão Documental* - Dia 22 de Maio de 2000.
- *Seminário de Equipamentos Anti-Furto para Bibliotecas* – Library Systems de Minnesota (3M) de Portugal, Lda - Dia 29 de Maio de 2000.
- Alfândega do Porto – *7º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* - Dias 23 a 25 de Maio de 2001.

Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto de Sousa

Curriculum Vitae

- Homenagem ao Prof. Doutor José Marques, organizada pela Secção de Ciências Documentais do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Dias 26 e 27 de Junho de 2003.
- Torre do Tombo – *Curso de Organização e Tratamento Técnico de Fundos Antigos Impressos* – Dias 7 a 9 de Novembro de 2005.
- Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - *1º Congresso Internacional de História Oral e Workshop* - Dias 26 a 28 de Outubro de 2006.
- Biblioteca Municipal de Espinho - Seminário *As Bibliotecas e a Leitura no Século XXI* - Dia 9 de Março de 2007.
- Universidade dos Açores (Ponta Delgada) - *9º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* - Dias 28 a 30 de Março de 2007.
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - *Congresso Internacional Delfim Santos e a Escola do Porto – 1º Centenário do Nascimento (1907-1966)* - Dias 17, 18 e 19 de Outubro de 2007.
- Imprensa da Universidade de Coimbra e Instituto de Ciência de Informação Arquivística e Biblioteconómica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Colóquio sobre *O Livro do Manuscrito ao Digital* - Dia 25 de Outubro de 2007.
- Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em parceria com a Universidade de Coruña - *II Jornadas Internacionais – Informação e Comunicação nos Mass Media – A Produção Noticiosa: Actores e Papéis* - Dias 25 e 26 de Outubro de 2007.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 2005 – 2012 – Empresa *T&Q – Comércio Internacional, Lda* - Responsável pelo tratamento documental, referente ao Arquivo Geral.
- 2004 a Agosto de 2006 – Biblioteca Pública Municipal do Porto - Tratamento Documental do Livro Antigo (catalogação e classificação de obras impressas em Portugal, nos séc. XVI e XVII). Tendo resultado a publicação da obra: *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*.
- 2001 a 2002 – Academia das Ciências de Lisboa - Tratamento Documental do Livro Antigo (catalogação, indexação, classificação, cotagem e etiquetagem).
- 2001 – Biblioteca *César da Silva*, do Centro Cultural Casapiano - Casa Pia de Lisboa - Tratamento documental de monografias e periódicos modernos.

Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto de Sousa

Curriculum Vitae

- 2001 – Coordenação do projeto da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Paiva.
- 2000 a 2001 – Academia das Ciências de Lisboa - Responsável pela organização e descrição documental de periódicos antigos – Outubro a Maio dos anos 2000 e 2001.
- 1998 – Aulas de História - 8º e 9º anos - Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida, em Espinho.
- 1992 a 1994 – Funções de gestão, na área administrativa e comercial - Empresa *Fael Molduras*, de José Luís Barreiros Fael (empresa em nome individual), Senhora da Hora-Matosinhos.
- 1988 a 1992 – Actividade liberal, como Gestora de Negócios, nos domínios de compra e venda de imóveis, no Porto.
- 1981 a 1987 – Agência de Contribuintes – Documentação e Contabilidade de *Judite Pereira*, na Pontinha – Lisboa. Responsável pelos serviços internos: nos domínios contabilístico, fiscal, legislação laboral, segurança social, elaboração de processos de escritura e respetivos registos: comercial, predial, civil e registo de patentes. Efetuou representação externa da Agência em actos públicos, tais como: escrituras de compra e venda de imóveis, constituição de sociedades comerciais e outros.

OBRAS PUBLICADAS (PARTICIPAÇÃO)

- *Tipografia Portuguesa do Séc. XVI nas Coleções da Câmara Municipal do Porto*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2006.
- *Timor no Jornal de Notícias 1974-1979*. Macau: Centro Científico Cultural de Macau (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), 1999.

ASSOCIAÇÕES

- Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD)
- Associação Portugal Moçambique
- Grupo dos Amigos das Adegas e Tascas do Porto
- Associação Selo das Memórias – Núcleo de Fado

Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto de Sousa

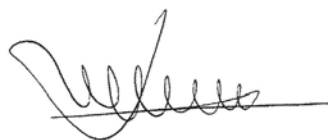
Curriculum Vitae

DESPORTO E OUTRAS ATIVIDADES

- Caça
- Natação
- Canto
- Catequese
- Grupo de jovens

Porto, 29 de Maio de 2013

Assinatura

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke at the end, written over a thin horizontal line.

(Lucinda Pinto de Sousa)

Lucinda Maria Peixoto Gomes Ribeiro Pinto de Sousa